

EDUCAÇÃO EM FOCO: TÓPICOS RELEVANTES E PESQUISAS RECENTES

Michael Douglas Sousa Leite
Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira
Jose Ramon Nunes Ferreira
Renata da Silva Adonias Nunes
Patricia Peixoto Custodio
Emídio Diniz Batista
Elisângela Francisca da Silva Paula
Daniel José Formiga Neves
Ênnio Karlos Muniz de Medeiros

**EDUCAÇÃO EM FOCO: TÓPICOS
RELEVANTES E PESQUISAS
RECENTES**



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de
responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-SemDerivações
4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)
Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA
Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP
Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar
Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA
Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro
Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA
Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE
Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL
Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA
Prof.^a Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM
Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN
Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Michael Douglas Sousa Leite
Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira
Jose Ramon Nunes Ferreira
Renata da Silva Adonias Nunes
Patricia Peixoto Custodio
Emídio Diniz Batista
Elisângela Francisca da Silva Paula
Daniel José Formiga Neves
Ênnio Karlos Muniz de Medeiros

(Organizadores)

EDUCAÇÃO EM FOCO: TÓPICOS RELEVANTES E PESQUISAS RECENTES

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
91 98885-7730

Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12, Nazaré, Belém-PA,
CEP 66035065

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Souza

Diagramação

Worges Editoração

Revisão de texto e capa

Organizadores

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Catálogo na publicação

RFB Editora



E24

Educação em foco: tópicos relevantes e pesquisas recentes / Michael Douglas Sousa Leite *et al.* (Organizador). – Belém: RFB, 2023.

Outros organizadores

Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira, Jose Ramon Nunes Ferreira, Renata da Silva Adonias Nunes, Patricia Peixoto Custodio, Emídio Diniz Batista, Elisângela Francisca da Silva Paula, Daniel José Formiga Neves, Ênnio Karlos Muniz de Medeiros

Livro em PDF

ISBN: 978-65-5889-549-7

DOI: 10.46898/rfb.009dda15-69fb-4df6-9405-e8d443f06c82

1. Educação em foco. I. Leite, Michael Douglas Sousa *et al.* (Organizador). III. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO USO DE METODOLOGIAS ATIVAS POR PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS	9
CAPÍTULO 2	
AVALIAÇÃO DO TRIPÉ DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS COMPLETOS	19
CAPÍTULO 3	
SAÚDE E BEM-ESTAR NO AMBIENTE DE TRABALHO: ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO	31
CAPÍTULO 4	
PERFIL CRIMINOLÓGICO DE AGRESSORES EM ATAQUES A ESCOLAS: CARACTERÍSTICAS, MOTIVAÇÕES E PREVENÇÃO	43
CAPÍTULO 5	
EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA: PROMOVEDO A SUSTENTABILIDADE E A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	57
CAPÍTULO 6	
A CAÇA AS BRUXAS: REFLEXO DO DISCURSO ANTIGÊNERO NAS ESCOLAS.....	71
CAPÍTULO 7	
OS DESAFIOS DA GESTÃO DE SURTOS DE INFLUENZA EM AMBIENTES ESCOLARES	89
CAPÍTULO 8	
USO DE TELA NA INFÂNCIA: IMPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	103
ÍNDICE REMISSIVO.....	115
SOBRE OS ORGANIZADORES	116

APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo que apresentamos o livro “Educação em Foco: Tópicos Relevantes e Pesquisas Recentes”, uma coletânea de artigos que aborda diversos temas relacionados à educação e sua multidisciplinaridade. Esta obra reúne contribuições valiosas de renomados pesquisadores, oferecendo uma visão abrangente e atualizada sobre os desafios e avanços na área educacional.

Compreender a educação é fundamental para o desenvolvimento de sociedades mais justas e igualitárias. Nesse sentido, este livro busca ampliar o conhecimento sobre a educação em suas diversas facetas, abordando temas como metodologias de ensino, políticas educacionais, violência nas escolas, tecnologia na sala de aula, formação de professores, educação ambiental, saúde e outros temas. A multidisciplinaridade é um aspecto central da obra, que busca explorar as interseções entre diferentes áreas do conhecimento para enriquecer a compreensão dos processos educacionais.

A importância de estudos na área de educação nunca foi tão evidente. Vivemos em um mundo em constante transformação, no qual as demandas e desafios enfrentados pelos sistemas educacionais são cada vez mais complexos. Nesse contexto, a pesquisa é essencial para embasar a tomada de decisões e promover a melhoria da qualidade da educação. O livro “Educação em Foco” surge como uma contribuição significativa para esse propósito, oferecendo uma base sólida de estudos e reflexões que podem subsidiar práticas pedagógicas inovadoras e políticas educacionais mais efetivas.

Ao longo dos capítulos, os leitores encontrarão análises aprofundadas, resultados de pesquisas empíricas e reflexões teóricas que trazem novas perspectivas sobre a educação. Os autores exploram

questões atuais e relevantes, apresentando soluções criativas e insights valiosos para os desafios contemporâneos enfrentados no campo educacional. A diversidade de abordagens e olhares enriquece a obra, oferecendo uma visão panorâmica e plural da educação.

Acreditamos firmemente que a educação tem o poder de transformar o mundo. Por meio do conhecimento e da aprendizagem, é possível promover a equidade, a inclusão e o desenvolvimento humano. Este livro reafirma essa convicção, ao trazer contribuições de pesquisadores comprometidos com a construção de uma educação mais significativa e impactante. A leitura desta obra certamente será enriquecedora para educadores, pesquisadores e todos aqueles que se interessam pela busca incessante de uma educação melhor e mais transformadora.

O “Educação em Foco: Tópicos Relevantes e Pesquisas Recentes” é um livro indispensável para quem busca compreender os desafios e as possibilidades da educação contemporânea. Com uma abordagem multidisciplinar, contribuições acadêmicas e uma visão otimista do potencial transformador da educação, esta obra se destaca como uma referência valiosa e inspiradora para todos os envolvidos no campo educacional.

CAPÍTULO 1

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO USO DE METODOLOGIAS ATIVAS POR PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Luanna Michaelly Soares Rodrigues
Vieira¹

Glauber Iure Cardoso de Menezes
Silva²

Viviane Aparecida Alves Soares³
Ronalda Elias de França⁴

Mayle Alves Bezerra⁵

Cícera Rejane Tavares de Oliveira⁶
Wendell de Almeida Lacerda⁷

Kaio Luís de Azevêdo Santos⁸
Ênnio Karlos Muniz de Medeiros⁹

Thaise de Abreu Brasileiro
Sarmiento¹⁰

Flávio Franklin Ferreira de
Almeida¹¹

Verônica Cristian Soares de
Belchior¹²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.1

1 <https://orcid.org/0000-0002-2169-5353>

2 <https://orcid.org/0000-0002-8483-4488>

3 <https://orcid.org/0000-0001-9102-0223>

4 <https://orcid.org/0000-0003-4252-8551>

5 <https://orcid.org/0000-0001-8092-370X>

6 <https://orcid.org/0000-0002-3379-4738>

7 <https://orcid.org/0000-0002-9737-1013>

8 <https://orcid.org/0000-0002-5904-8549>

9 <https://orcid.org/0000-0002-9518-5698>

10 <https://orcid.org/0000-0003-0390-805X>

11 <https://orcid.org/0000-0002-8191-1433>

12 <https://orcid.org/0000-0003-2357-9599>

RESUMO

O ensino superior tem enfrentado uma série de desafios nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à eficácia das metodologias de ensino utilizadas. Nesse sentido, as metodologias ativas têm ganhado destaque como uma alternativa para superar esses desafios e promover uma aprendizagem mais significativa e engajada por parte dos alunos. Nesse sentido, esse artigo teve como objetivo investigar os desafios e as oportunidades no uso de metodologias ativas por professores universitários. A partir dessa análise, busca-se contribuir para a reflexão e o aprimoramento das práticas pedagógicas no ensino superior, favorecendo a construção de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e efetivo para os alunos. O trabalho é do tipo qualitativo e da organização das informações encontradas nos materiais já existente. Delimitou-se a utilizar materiais publicados, que abordassem a temática, sem restrição de tempo. Os resultados mostraram que as metodologias ativas são uma abordagem de ensino inovadora que tem ganhado cada vez mais destaque nas universidades em todo o mundo. No entanto, a adoção dessas metodologias por parte dos professores universitários pode apresentar desafios significativos, incluindo mudança de cultura, falta de tempo, desafios tecnológicos e a necessidade de preparação cuidadosa.

Palavras-chave: Educação. Metodologias Ativas. Desafios. Docência.

1 INTRODUÇÃO

A educação tem passado por mudanças significativas, o que traz novos desafios para os professores. É necessário que haja uma mudança do paradigma conservador para uma postura mais crítica, reflexiva e transformadora por parte dos docentes. Essa mudança é refletida na prática pedagógica, que precisa abranger metodologias de

ensino e práticas educativas mais atualizadas e eficazes (BLASZKO; CLARO; UJIIE, 2021).

Diversos pesquisadores, como Behrens (2011), Masetto (2011) e Moran (2018), têm se dedicado a estudar a prática pedagógica dos docentes universitários. Eles buscam compreender as inovações e dinâmicas que podem contribuir para a ressignificação dessa prática, que está sempre em constante evolução.

O ensino superior tem enfrentado uma série de desafios nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à eficácia das metodologias de ensino utilizadas. Nesse sentido, as metodologias ativas têm ganhado destaque como uma alternativa para superar esses desafios e promover uma aprendizagem mais significativa e engajada por parte dos alunos.

De acordo com Pozo (2004, p. 34), um dos maiores desafios enfrentados pelos sistemas educacionais é a conversão da informação em conhecimento. Para isso, é necessário que os profissionais da educação adotem novas formas de gestão do conhecimento e ensino de habilidades interpessoais, afetivas e sociais. Entretanto, a utilização de metodologias inadequadas pode gerar dificuldades na relação entre professor e aluno, criando crenças ou convicções que limitam o potencial acadêmico e/ou profissional dos estudantes (SANTOS; RESENDE; LUZ, 2021).

No entanto, a adoção dessas metodologias requer uma mudança significativa na postura dos professores universitários e na forma como eles concebem o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, o objetivo deste estudo é investigar os desafios e as oportunidades no uso de metodologias ativas por professores universitários. A partir dessa análise, busca-se contribuir para a reflexão e o aprimoramento das práticas pedagógicas no ensino

superior, favorecendo a construção de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e efetivo para os alunos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é do tipo qualitativo e da organização das informações encontradas nos materiais já existente. Delimitou-se a utilizar materiais publicados, que abordassem a temática, sem restrição de tempo.

Para a realização deste trabalho foi realizado um levantamento de dados científicos, baseado na análise de artigos e trabalhos relacionados ao assunto. As bases de dados pesquisados foram: Scielo, CAPES e Google Acadêmico, com limite de ano e sem restrição ao tipo de publicação, usando as seguintes palavras-chave: “Metodologias Ativas”; “Ensino” e “Universidade”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Valente (2018), as metodologias ativas são consideradas alternativas pedagógicas que colocam o foco no aprendiz, envolvendo-o na aprendizagem por meio de descoberta, investigação ou resolução de problemas. O autor destaca que essa proposta vai de encontro à abordagem tradicional, exigindo uma nova postura do professor e uma prática pedagógica voltada para as demandas do educando e a realidade em que ele está inserido.

Behrens (2014) destaca a importância de se pensar na educação como um processo dinâmico e interdisciplinar, que envolve a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e a resolução de problemas complexos.

O objetivo das metodologias ativas para Valente (2018), é criar situações de aprendizagem em que os alunos possam agir, pensar e

construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, além de desenvolver habilidades críticas, refletir sobre suas práticas, fornecer e receber feedback, aprender a interagir com colegas e professores, explorar atitudes e valores pessoais. Com isso, as metodologias ativas podem transformar o processo de ensino e aprendizagem em uma experiência mais significativa e engajadora para os alunos.

Behrens (2014) apresenta em seu estudo a metodologia de projetos como uma estratégia pedagógica que se baseia em um tema ou problema real, envolvendo o aluno em todas as fases do processo de aprendizagem, desde a identificação do problema até a sua solução. A autora defende que essa abordagem promove a autonomia dos alunos, desenvolve habilidades de trabalho em equipe, pensamento crítico e reflexivo, além de proporcionar uma aprendizagem significativa e contextualizada.

A autora também destaca a importância do professor como mediador do processo de aprendizagem, que deve orientar e acompanhar os alunos em todo o processo de desenvolvimento do projeto, estimulando a colaboração, o diálogo e a reflexão sobre os desafios encontrados (BEHRENS, 2014).

Santos; Resende e Luz (2021) destacam a necessidade de promover uma aprendizagem mais ativa e participativa por parte dos alunos, o que pode ser alcançado por meio de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem colaborativa e flipped classroom. No entanto, os autores também apontam que a implementação dessas metodologias pode enfrentar obstáculos, como a falta de recursos tecnológicos, a resistência dos alunos e a falta de formação adequada dos professores (SANTOS; RESENDE; LUZ, 2021).

Os autores destacam a importância de os professores serem capacitados para implementar as metodologias ativas, bem como a importância de haver uma mudança na cultura do ensino superior, com a adoção de práticas mais inovadoras e flexíveis (SANTOS; RESENDE; LUZ, 2021).

Os estudos de Blaszkó; Claro e Ujiie (2021) destacam a importância das metodologias ativas como uma abordagem pedagógica que pode contribuir para uma aprendizagem mais significativa e engajada por parte dos alunos, além de possibilitar uma maior interação entre os alunos e o professor. Os resultados da pesquisa mostram que os professores reconhecem a importância das metodologias ativas para sua prática pedagógica, apontando benefícios como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos e a melhoria da qualidade do ensino (BLASZKO; CLARO; UJIIE, 2021).

Os autores também identificaram alguns desafios na implementação das metodologias ativas, como a falta de tempo e a necessidade de formação adequada para os professores. No entanto, os resultados indicam que, apesar dos desafios, os professores estão dispostos a incorporar as metodologias ativas em sua prática pedagógica e percebem sua importância para o processo de ensino e aprendizagem (BLASZKO; CLARO; UJIIE, 2021).

No artigo de Masetto (2011) destaca que a mediação pedagógica é fundamental para o uso eficiente das tecnologias na educação, pois é o professor quem orienta e organiza o processo de ensino-aprendizagem, identifica as necessidades dos alunos, seleciona os recursos tecnológicos adequados e acompanha o progresso de cada estudante. Além disso, a autora destaca a importância de se promover uma educação que considere as múltiplas linguagens e as diferentes formas de expressão dos alunos.

Ao longo do artigo, Masetto (2011) apresenta exemplos de práticas pedagógicas que utilizam a tecnologia de forma eficiente, tais como o uso de fóruns virtuais para discussões em grupo, o uso de simuladores para a compreensão de conceitos complexos e o uso de jogos educativos para o desenvolvimento de habilidades específicas.

Já Moran (2018) defende que as metodologias ativas são mais eficazes em promover a aprendizagem significativa e profunda, porque envolvem o aluno de forma ativa e colaborativa no processo de aprendizagem, estimulando o pensamento crítico, a resolução de problemas e a criatividade. Além disso, as metodologias ativas permitem uma maior flexibilidade no processo de aprendizagem, permitindo que o aluno possa explorar seus interesses e habilidades individuais, bem como a capacidade de aprender em diferentes contextos.

O autor ainda destaca algumas das metodologias ativas mais utilizadas, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, a gamificação e a aprendizagem colaborativa. Ele enfatiza que não existe uma metodologia única e ideal para todos os contextos e situações, mas que é importante que os professores utilizem essas estratégias com flexibilidade e adaptabilidade, de acordo com as necessidades e características de cada grupo de alunos (MORAN, 2018).

As metodologias ativas de ensino são cada vez mais utilizadas em universidades em todo o mundo como uma abordagem eficaz para envolver os estudantes em seu próprio processo de aprendizagem. No entanto, a adoção de metodologias ativas por professores universitários pode apresentar desafios e oportunidades significativos. A seguir, será feita uma revisão da literatura sobre os principais desafios e oportunidades no uso de metodologias ativas por professores universitários.

Dentre os desafios os estudos MORAN, 2018; LARA et al., 2019; BLASZKO; CLARO; UJIIE, 2021) citam:

- Mudança de cultura: A adoção de metodologias ativas pode representar uma mudança significativa na cultura da universidade e na abordagem de ensino dos professores. Isso pode levar a resistência ou falta de aceitação por parte dos professores e estudantes.
- Falta de tempo: A implementação de metodologias ativas pode demandar mais tempo e recursos do que métodos tradicionais de ensino, o que pode ser um obstáculo para os professores universitários que já têm uma carga horária pesada e muitas obrigações.
- Desafios tecnológicos: Algumas metodologias ativas exigem o uso de tecnologias que nem sempre são acessíveis ou fáceis de usar, o que pode ser um obstáculo para alguns professores universitários.
- Preparação e planejamento: A implementação de metodologias ativas pode exigir um planejamento e preparação cuidadosos para garantir que a metodologia seja bem-sucedida. Isso pode ser um desafio para os professores que têm pouca experiência ou falta de treinamento.

Nas oportunidades os autores (MORAN, 2018; LARA et al., 2019; BLASZKO; CLARO; UJIIE, 2021) destacam:

- Melhor engajamento dos estudantes: As metodologias ativas permitem que os estudantes assumam um papel mais ativo em seu próprio processo de aprendizagem, o que pode resultar em maior engajamento e motivação
- Desenvolvimento de habilidades críticas: As metodologias ativas incentivam os estudantes a trabalharem em equipe, a desenvolverem habilidades críticas e a pensar de forma mais independente, o que pode ser benéfico para a vida profissional.
- Melhoria da retenção de conhecimento: As metodologias ativas podem ajudar os estudantes a reter melhor o conhecimento e a aplicá-lo em situações do mundo real.

Melhoria da avaliação: As metodologias ativas podem proporcionar uma avaliação mais justa e precisa do conhecimento dos estudantes, pois elas enfatizam a aplicação prática e a análise crítica, em vez de apenas a memorização de informações.

Em conclusão, a implementação de metodologias ativas pode apresentar desafios significativos para os professores universitários, mas também oferece muitas oportunidades valiosas para melhorar a aprendizagem dos estudantes e o ambiente de ensino. A preparação cuidadosa, o treinamento adequado e o suporte institucional podem ajudar a garantir o sucesso da adoção de metodologias ativas por professores universitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias ativas são uma abordagem de ensino inovadora que tem ganhado cada vez mais destaque nas universidades em todo o mundo. No entanto, a adoção dessas metodologias por parte dos professores universitários pode apresentar desafios significativos, incluindo mudança de cultura, falta de tempo, desafios tecnológicos e a necessidade de preparação cuidadosa.

Por outro lado, a adoção de metodologias ativas também oferece muitas oportunidades valiosas para melhorar a aprendizagem dos estudantes, incluindo melhor engajamento, desenvolvimento de habilidades críticas, melhoria da retenção de conhecimento e uma avaliação mais justa e precisa.

Portanto, é importante que as universidades ofereçam treinamento adequado e suporte institucional para ajudar os professores a superarem os desafios e aproveitarem as oportunidades que as metodologias ativas podem proporcionar. Dessa forma, poderemos criar um ambiente de ensino mais eficaz e envolvente, que beneficie tanto os professores quanto os estudantes.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. **Metodologia de projetos: aprender e ensinar para a produção do conhecimento numa visão complexa.** In: TORRES, P. L. (org.). *Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento.* Curitiba: Senar, 2014.

BLASZKO, C. E.; CLARO, A. L. de A.; UJIIE, N. T. A contribuição das metodologias ativas para a prática pedagógica dos professores universitários. **Educ. Form.**, v. 6, n. 2, p. e3908, 2021.

LARA, E. M. O.; LIMA, V. V.; MENDES J. D.; RIBEIRO, E. C. O.; PADILHA, R. Q. O professor nas metodologias ativas e as nuances entre ensinar e aprender: desafios e possibilidades. **Interface (Botucatu)**, v. 23, p. e180393, 2019.

MASETTO, M. T. **Mediação pedagógica e o uso da tecnologia.** In: MASETTO, M. T.; MORAN, J.; BEHRENS, M. A. (org.). *Novas tecnologias e mediação pedagógica.* 19. ed. Petrópolis: Papyrus, 2011. p. 133-182.

MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda.** In: MORAN, J. M.; BACICH, L. (org.). *Metodologias ativas para uma construção inovadora: uma abordagem teórico-prática.* Porto Alegre: Penso, 2018. p. 1-25.

POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. **Revista Pátio**, v. 8, n. 31, 2004.

SANTOS, C. L. R. dos.; RESENDE, G. S. L. de.; LUZ, G. R. dos S. Metodologias ativas: uma análise sobre seu uso e sobre a superação de desafios no Ensino Superior. **Scientific Electronic Archives**, v. 14, n. 8, 2021.

VALENTE, J. A. **A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia.** In: MORAN, J. M.; BACICHI, L. (org.). *Metodologias ativas para uma construção inovadora: uma abordagem teórico-prática.* Porto Alegre: Penso, 2018. p. 26-45.

CAPÍTULO 2

AVALIAÇÃO DO TRIPÉ DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS COMPLETOS

Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira¹
Glauber Iure Cardoso de Menezes Silva²
Viviane Aparecida Alves Soares³
Mirely Costa Coelho⁴
Wilma Kátia Trigueiro Bezerra⁵
Jose Ramon Nunes Ferreira⁶
Giovanni de Oliveira e Abrantes⁷
Edgley Gonçalves Alves Segundo⁸
Fernanda Carla Almeida Silva⁹

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.2

1 <https://orcid.org/0000-0002-5564-1011>
2 <https://orcid.org/0000-0002-8483-4488>
3 <https://orcid.org/0000-0001-9102-0223>
4 <https://orcid.org/0000-0002-2799-9550>
5 <https://orcid.org/0000-0003-3560-0666>
6 <https://orcid.org/0000-0002-8764-2641>
7 <http://lattes.cnpq.br/8044640730786838>
8 <http://lattes.cnpq.br/6043707985493021>
9 <https://orcid.org/0000-0001-5293-847X>

RESUMO

Nesse capítulo é discutido a importância dos três pilares do ensino superior - ensino, pesquisa e extensão - na formação de profissionais capacitados e completos, capazes de atender às demandas do mercado de trabalho e contribuir para a sociedade de forma significativa. A avaliação do tripé do ensino superior, composto pelas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, tem se destacado como uma temática relevante e atual no contexto acadêmico. Para alcançar os objetivos, utilizou-se uma Revisão Narrativa, onde a fonte principal de pesquisa foi o Google Acadêmico e o Portal CAPES/MEC. A pesquisa delimitou aos artigos publicados nos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2020 a 2023. Os resultados a importância do tripé do ensino superior na formação de profissionais completos. Essas três dimensões são consideradas fundamentais para garantir uma formação acadêmica abrangente, que prepare os estudantes não apenas com conhecimentos teóricos, mas também com habilidades práticas e uma compreensão crítica da realidade.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Pesquisa. Extensão.

1 INTRODUÇÃO

A palavra “universidade”, de acordo com seu conceito léxico, deriva do termo em latim “*universitas*”, que está relacionado a “conjunto, universidade, comunidade”. Sabe-se também que seu conceito tem origem na expressão “*Universitas magistrorum et scholarium*”, que descreve uma comunidade formada por mestres e estudantes ligados pela mesma escola e interesses culturais (PAZ et al., 2023).

Atualmente, as universidades estão em busca de um modelo educacional que se baseie na formação cidadã, comprometida com os

direitos humanos, a justiça e a equidade social (MAGALHÃES, 2007; PALHETA; OLIVEIRA, 2022).

Ainda no século XX, com o objetivo de contribuir para a mudança dessa realidade, grupos ligados às lutas populares influenciaram a inclusão da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, esses requisitos passaram a ser essenciais para que as instituições se consolidem enquanto universidades (BRASIL, 1988; PALHETA; OLIVEIRA, 2022).

É amplamente reconhecido que os cursos de graduação e licenciatura têm a responsabilidade de cumprir sua função social, que consiste em contribuir para a formação ética e profissional dos estudantes. Nesse sentido, é imprescindível o uso do tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão, uma vez que a integração dessas três dimensões proporciona um suporte intrínseco para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país (CORTEZ, 2020).

Ao unir o ensino, a pesquisa e a extensão, os cursos são capazes de proporcionar uma formação abrangente aos estudantes. O ensino oferece os fundamentos teóricos e práticos necessários para a compreensão e suas aplicações. A pesquisa permite a investigação aprofundada, a produção de conhecimento e a atualização constante diante das transformações sociais. Já a extensão aproxima a academia da sociedade, permitindo a aplicação dos conhecimentos em projetos e atividades que visam atender às demandas e necessidades da comunidade (MONTIEL; REIS; PESSÔA, 2022).

A combinação dessas três dimensões fortalece a formação dos estudantes, capacitando-os a enfrentar os desafios éticos e profissionais da prática. Além disso, contribui para a promoção da justiça social, dos direitos humanos e da igualdade, visto que os

estudantes têm a oportunidade de compreender as realidades sociais e participar ativamente na busca por soluções e transformações positivas (OLIVEIRA, 2021).

A avaliação do tripé do ensino superior, composto pelas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, tem se destacado como uma temática relevante e atual no contexto acadêmico. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo abordada a reflexão sobre a formação de profissionais completos por meio dessa avaliação. A análise desse tripé é fundamental para compreender como as instituições de ensino superior estão promovendo uma formação abrangente e integral, considerando os aspectos éticos, profissionais e cidadãos dos estudantes.

A compreensão e a avaliação do tripé do ensino superior são de extrema importância para aprimorar a qualidade da formação acadêmica, garantindo que os profissionais formados estejam preparados para os desafios do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, sejam cidadãos comprometidos com a ética e a responsabilidade social. A análise crítica desse tripé permite identificar as potencialidades e as fragilidades das instituições de ensino, orientando a implementação de estratégias pedagógicas que promovam uma formação mais completa e significativa para os estudantes.

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos, utilizou-se uma Revisão Narrativa, que segundo Rother (2007), é uma abordagem que permite a síntese e a interpretação de evidências qualitativas provenientes de diferentes tipos de estudos, tais como estudos de caso, estudos etnográficos e pesquisas qualitativas em geral. Essa abordagem enfatiza a análise

interpretativa dos dados e a construção de uma narrativa coesa e compreensível que integre as descobertas dos estudos incluídos.

Como busca dos artigos a fonte principal de pesquisa foi o Google Acadêmico e o Portal CAPES/MEC. A escolha dessa plataforma se deve à sua ampla gama de artigos científicos disponíveis, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

A pesquisa delimitou aos artigos publicados nos últimos três anos, ou seja, no período de 2020 a 2023.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O princípio de indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão surgiu como resposta à necessidade de transformação da educação universitária, visando uma visão de universidade pública gratuita, autônoma, democrática e socialmente ativa. Durante o Fórum da Educação Constituinte, juntamente com outras entidades sociais, aprovaram uma reformulação do artigo 207 da Constituição Brasileira, estabelecendo uma emenda que tornava obrigatória a presença do tripé ensino, pesquisa e extensão nos programas de formação profissional (BRASIL, 1988; PAZ et al., 2023).

Essa tríade, fundamental na comunidade acadêmica tanto nacional quanto internacional, tem assegurado um compromisso social de grande importância, pois engloba dimensões ético-políticas e didático-pedagógicas, voltadas para a formação profissional e a disseminação e produção de conhecimento. Para o seu desenvolvimento efetivo, é essencial que os professores estejam capacitados e atualizados, utilizando metodologias que promovam interações entre os três pilares e permitam aos alunos o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades (PAZ et al., 2023).

Oliveira (2021) relata que ao considerar o tripé que envolve o ensino, pesquisa e extensão universitária, fica evidente que a extensão desempenha um papel significativo, especialmente no contexto social de uma instituição de ensino superior (IES). A extensão universitária é vista como um importante agente vinculado ao conhecimento, resultante da troca de experiências entre os diversos atores envolvidos, que assumem papéis de autores e coautores na busca pela emancipação e reciprocidade, construindo relações congruentes. Além disso, a extensão possibilita a aquisição de outros saberes, originados por meio dos vínculos estabelecidos e da troca de compreensões entre diferentes universos, sejam eles semelhantes ou distintos.

Para Cortez (2020) o trabalho conjunto entre o ensino, pesquisa e extensão tem desempenhado um papel fundamental na formação de profissionais com habilidades em diversas áreas de conhecimento e uma visão mais crítica dos acontecimentos ao seu redor. Os estudantes que se envolvem ativamente durante a graduação, participando não apenas das aulas, mas também de atividades como monitorias, palestras, grupos de estudo e pesquisa, atividades de campo (incluindo visitas e entrevistas com profissionais formados), oficinas, minicursos, cursos extras e práticas jurídicas, têm a oportunidade de aproveitar plenamente o que a universidade tem a oferecer. Esses alunos tendem a desenvolver um perfil profissional diferenciado e se destacar no mercado de trabalho.

Silva (2020) destaca a importância da relação entre a extensão e a sociedade, argumentando que a extensão universitária deve estar orientada para as necessidades e demandas da comunidade. Ele discute a importância do diálogo e da participação ativa dos diversos atores envolvidos nesse processo, incluindo estudantes, professores, pesquisadores e membros da comunidade.

Além disso, o autor explora as diferentes formas e modalidades de extensão universitária, incluindo projetos, programas, cursos, eventos e ações comunitárias. Ele destaca a necessidade de uma abordagem integrada, que promova a interdisciplinaridade e a transversalidade, para lidar com os desafios sociais contemporâneos de forma efetiva (SILVA, 2020).

O autor ainda relata que a extensão universitária é um conceito em constante construção e que sua compreensão e prática devem evoluir de acordo com as transformações sociais e educacionais. Vale ressaltar a importância de um diálogo contínuo e da reflexão crítica sobre a extensão como uma dimensão essencial do ensino superior, capaz de promover a transformação social e o desenvolvimento sustentável (SILVA, 2020).

Lima e Vaz (2020) buscaram analisar e caracterizar as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UFMS/CPNV (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Naviraí) no período de 2016 a 2020. Os resultados obtidos mostram uma ampla diversidade de ações de ensino, pesquisa e extensão na UFMS/CPNV durante o período estudado. As ações de ensino incluem disciplinas, projetos pedagógicos e programas de formação acadêmica. As ações de pesquisa englobam projetos de pesquisa, grupos de estudo e produção científica. Já as ações de extensão abrangem projetos e programas voltados para a comunidade externa.

Os autores destacam que as ações de ensino são as mais frequentes, seguidas pelas ações de extensão e pesquisa. Além disso, identificaram que há uma diversidade de temáticas abordadas nas ações, abrangendo áreas como agricultura, educação, saúde, cultura e meio ambiente (LIMA; VAZ, 2020).

Os autores destacam que entre os principais desafios enfrentados na implementação efetiva do tripé do ensino superior estão: a falta de incentivo e reconhecimento para atividades de pesquisa e extensão, a falta de recursos financeiros e infraestrutura adequada, a resistência cultural e estrutural nas instituições de ensino e a necessidade de capacitação docente. Contudo existem oportunidades encontrados na realização das ações de ensino, pesquisa e extensão na UFMS/CPNV, como a importância de um planejamento estratégico, da integração entre as ações e da participação ativa dos docentes, discentes e comunidade local. Para os autores as ações de ensino, pesquisa e extensão desempenham um papel fundamental, contribuindo para a formação dos estudantes, o avanço do conhecimento científico e o desenvolvimento local. Eles ressaltam a importância de fortalecer e expandir essas ações, promovendo uma maior integração e articulação entre os três pilares acadêmicos (LIMA; VAZ, 2020).

Na visão de Palheta e Oliveira (2022) dentro do contexto universitário, a monitoria tem se mostrado uma abordagem para integrar o ensino, pesquisa e extensão, buscando enfrentar os desafios já mencionados. A monitoria desempenha duas funções essenciais: introduzir os alunos no ensino de nível superior (e, por extensão, na pesquisa científica) e contribuir para a melhoria do ensino de graduação. Como resultado, a monitoria desempenha um papel crucial na socialização dos estudantes na prática docente universitária, ao mesmo tempo em que proporciona qualidade à formação profissional em todas as áreas.

Para Siqueira et al., (2022), o princípio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão é uma concepção fundamental no contexto do ensino superior. Essa abordagem reconhece a importância de integrar e interligar essas três dimensões para promover uma formação acadêmica abrangente e de qualidade.

Para os autores, o ensino se refere à transmissão de conhecimentos, habilidades e competências aos estudantes por meio de aulas, seminários, laboratórios e outras atividades didáticas. É por meio do ensino que os alunos adquirem o conhecimento teórico e as bases conceituais necessárias para sua formação profissional. A pesquisa, por sua vez, envolve a produção de conhecimento científico e a busca por respostas para questões e problemas que ainda não foram completamente elucidados. Os professores e pesquisadores conduzem estudos, experimentos e investigações para avançar no conhecimento em suas respectivas áreas. A pesquisa permite que os estudantes se envolvam em projetos de pesquisa e tenham a oportunidade de aprender metodologias científicas, desenvolver habilidades de análise crítica e contribuir para a produção de novos conhecimentos. E a extensão, por fim, envolve a interação entre a universidade e a sociedade, levando o conhecimento acadêmico para além dos muros da instituição. A extensão universitária busca promover ações que atendam às demandas sociais e contribuam para o desenvolvimento da comunidade. Isso pode incluir projetos de intervenção, prestação de serviços, cursos de capacitação, atividades culturais e outras iniciativas que envolvam a transferência de conhecimento acadêmico para a sociedade (SIQUEIRA et al., 2022).

O princípio da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, de acordo com Siqueira et al., (2022), ainda é um objetivo a ser alcançado pelas universidades. Enquanto espaços privilegiados de formação, as atividades de ensino e as ações relacionadas a elas ocupam uma posição de destaque. Da mesma forma, as atividades de pesquisa são valorizadas por seu papel na produção de conhecimento. No entanto, observa-se uma supremacia do ensino e da pesquisa em relação à extensão, o que se reflete na alocação de recursos, como o número de bolsas destinadas a cada uma das áreas, e no apoio oferecido pelos

órgãos de fomento ligados ao Ministério da Educação. Além disso, os processos de avaliação do desempenho docente tendem a privilegiar as atividades de pesquisa em detrimento das atividades de extensão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a literatura destaca a importância do tripé do ensino superior na formação de profissionais completos. Essas três dimensões são consideradas fundamentais para garantir uma formação acadêmica abrangente, que prepare os estudantes não apenas com conhecimentos teóricos, mas também com habilidades práticas e uma compreensão crítica da realidade.

Os estudos analisados mostraram os impactos positivos do tripé do ensino superior na formação de profissionais completos. A integração do ensino, pesquisa e extensão permite aos estudantes adquirirem habilidades práticas, desenvolverem uma postura crítica e reflexiva, e estabelecerem conexões entre teoria e prática. Além disso, a participação em atividades de pesquisa e extensão contribui para o desenvolvimento de competências sociais, éticas e cidadãs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado: Brasília, 1988.

CORTEZ, T. O indissociável tripé ensino, pesquisa e extensão na formação do profissional jurista apto a atuar nas demandas sociais. **Revista Estudantil Manus Iuris**, v. 1, n. 1, p. 43-49, 2020.

LIMA, L. de A.; VAZ, T. R., D. Caracterização das Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFMS/CPNV (2016-2020). **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 2020.

MONTIEL, L. W. T.; REIS, M. das G. F. de. A. dos.; PESSÔA, J. R. **Práticas da docência no Ensino Superior: Vivenciando os três pilares da universidade: Ensino, pesquisa, extensão.** Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2022.

OLIVEIRA, D. V. de. A valorização da Extensão no Ensino Superior: Desafios futuros para as Universidades no contexto do Mercosul. **Revista Interdisciplinar Sulear**, n. 11, p. 99-118, 2021.

PALHETA, D. C. da S.; OLIVEIRA, R. R. S. de. A Monitoria como possibilidade de formação em Ensino, Pesquisa e Extensão: Um Relato de Experiência. **Revista Comunicação Universitária, Belém, PA**, v. 3, n. 4, 2022.

PAZ, J. H. N. **O ensino, a pesquisa e a extensão no Ensino Superior.** In: Preparação Pedagógica: concepções para a prática educativa no Ensino Superior. Campina Grande: Licuri, 2023.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paul. Enferm.**, v. 20, n. 2, 2007.

SILVA, W. P. da. Extensão Universitária: Um conceito em Construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2020.

SIQUEIRA, M. M. B. de.; et al. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade na extensão universitária pelo olhar de uma estudante de Pedagogia. **Revista ELO - Diálogos em Extensão Viçosa, MG**, v. 11, p. 1-7, 2022.

CAPÍTULO 3

SAÚDE E BEM-ESTAR NO AMBIENTE DE TRABALHO: ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO

Patricia Peixoto Custodio¹
Jose Ramon Nunes Ferreira²
Kylvia Luciana Pereira Costa³
Cícera Rejane Tavares de Oliveira⁴
Patricia Gonçalves Pinheiro⁵
Wilma Kátia Trigreiro Bezerra⁶
Karla da Nóbrega Gomes⁷
Ediana da Nóbrega Melo Queiroga⁸
Janaina de Araújo Almeida⁹

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.3

1 <https://orcid.org/0000-0002-5274-5843>
2 <https://orcid.org/0000-0002-8764-2641>
3 <https://orcid.org/0000-0001-9441-6135>
4 <https://orcid.org/0000-0002-3379-4738>
5 <https://orcid.org/0000-0003-0557-4348>
6 <https://orcid.org/0000-0003-3560-0666>
7 <https://orcid.org/0000-0001-9430-4176>
8 <http://lattes.cnpq.br/1560194852836727>
9 <http://lattes.cnpq.br/5866259079910571>

RESUMO

Este capítulo traz uma análise e discussão sobre estratégias de educação em saúde e prevenção no ambiente de trabalho, visando identificar as melhores práticas e as principais evidências científicas sobre o tema. A promoção da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho é de extrema importância para garantir condições saudáveis aos trabalhadores e prevenir problemas relacionados ao estresse ocupacional. Estratégias de educação em saúde e prevenção desempenham um papel crucial nesse contexto, capacitando os trabalhadores e promovendo mudanças positivas em relação à saúde. Os estudos analisados revelaram diferentes abordagens utilizadas, como palestras, ações educativas e encontros com a comunidade, abordando temas como doenças infecciosas, cuidados durante a gestação, dengue, infecções sexualmente transmissíveis, entre outros. No entanto, a efetividade dessas estratégias depende de uma abordagem integrada que envolva empregadores, gestores e órgãos responsáveis pela saúde e segurança no trabalho.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Estratégias. Profissionais.

1 INTRODUÇÃO

A saúde e o bem-estar dos trabalhadores têm sido temas cada vez mais relevantes no contexto atual, em que passamos a maior parte do nosso tempo no ambiente de trabalho (SOUZA et al., 2007). A preocupação com a qualidade de vida dos colaboradores é fundamental não apenas para o seu bem-estar individual, mas também para o bom funcionamento das organizações e para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo (FERREIRA; MATOS, 2013).

Nesse sentido, estratégias de educação em saúde e prevenção desempenham um papel crucial na promoção de um ambiente de

trabalho saudável e na prevenção de doenças e problemas relacionados ao trabalho (BACCIN et al., 2023). A implementação de práticas educativas e preventivas efetivas pode contribuir para a redução do absenteísmo, do estresse ocupacional e de outras questões que impactam negativamente a saúde e o desempenho dos trabalhadores (LIRA et al., 2023).

A relevância dessas estratégias reside no fato de que a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho são fundamentais para a produtividade, a motivação e a satisfação dos colaboradores, refletindo diretamente nos resultados organizacionais. Além disso, a promoção da saúde no trabalho é uma abordagem preventiva que visa evitar o surgimento de doenças ocupacionais, acidentes de trabalho e outros problemas que podem acarretar custos significativos para as empresas e para a sociedade como um todo (SILVA et al., 2023).

Ceccim e Ferla (2008) destacam que a educação permanente em saúde é um processo que visa a formação contínua dos profissionais, indo além da simples transmissão de conhecimentos técnicos. Ela busca promover uma reflexão crítica sobre a prática profissional, estimulando a atualização dos conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências, e a incorporação de novas abordagens e tecnologias no campo da saúde.

No entanto, os autores ressaltam que a educação permanente em saúde é essencial para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, humano e centrado nas necessidades dos usuários. Ela contribui para a qualificação dos profissionais, estimula a inovação e a melhoria dos processos de trabalho, promove a integração entre teoria e prática, e fortalece a relação entre os profissionais e os usuários (CECCIM; FERLA, 2008).

Uma das principais características da educação permanente em saúde, ressaltada por Ceccim e Ferla (2008), é o seu caráter colaborativo e interdisciplinar. Ela envolve a participação de diferentes atores do sistema de saúde, como profissionais, gestores, usuários e instituições de ensino, que compartilham experiências e conhecimentos, promovendo a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento.

Justifica-se, portanto, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre estratégias de educação em saúde e prevenção no ambiente de trabalho, visando fornecer embasamento teórico e prático para a implementação de ações efetivas nessa área. Compreender os principais desafios, as melhores práticas e as evidências científicas relacionadas a esse tema contribui para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e para a melhoria da saúde e do bem-estar dos trabalhadores.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar e discutir estratégias de educação em saúde e prevenção no ambiente de trabalho, visando identificar as melhores práticas e as principais evidências científicas sobre o tema.

2 METODOLOGIA

Este estudo adotou a abordagem de pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte principal de pesquisa o Google Acadêmico. A escolha dessa plataforma se deve à sua ampla gama de artigos científicos disponíveis, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

A pesquisa delimitou aos artigos publicados nos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2018 a 2023. Essa restrição temporal permite obter informações atualizadas e refletir as tendências recentes no campo da saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, bem como

as estratégias de educação em saúde e prevenção adotadas nesse contexto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em quatro partes distintas. A primeira parte abordou a caracterização do projeto Focus, apresentando seus objetivos e abrangência. Em seguida, a segunda parte concentrou-se na importância da educação ambiental como parte integrante do projeto, ressaltando as atividades educativas desenvolvidas e seu impacto na conscientização das crianças e adolescentes.

Oliveira et al., (2023) destacam em seu artigo, estratégias com o uso das tecnologias digitais para a educação em saúde de trabalhadores. Para os autores as tecnologias têm desempenhado um papel cada vez mais importante em diversas áreas, incluindo o ambiente de trabalho, entretenimento e atividades diárias. Na área da saúde, em particular, as tecnologias têm se destacado no sentido de melhorar a gestão da informação e comunicação, buscando proporcionar uma qualificação cada vez maior.

Quando se trata dos avanços tecnológicos e seu impacto na área da saúde, é crucial analisar como as tecnologias digitais estão sendo utilizadas para qualificar os profissionais de saúde que atuam na rede de assistência do Sistema Único de Saúde (SUS), durante as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS). O uso dessas ferramentas tem contribuído para a modernização e eficácia das práticas de cuidados de saúde, envolvendo as equipes no processo de ensino-aprendizagem e inovando na prestação de cuidados à comunidade (OLIVEIRA et al., 2023).

Baccin et al., (2022) avaliaram estratégias ligadas ao estresse e engajamento no trabalho da equipe de enfermagem hospitalar.

Com base nos dados coletados, foi observado que os profissionais estão empenhados em encontrar diversas estratégias para lidar com o estresse no trabalho e superar situações estressantes. Entre essas estratégias, duas foram mencionadas com mais frequência: buscar ajuda por meio do suporte de profissionais ou de pessoas próximas. A procura por profissionais da saúde, como psicólogos, psiquiatras, médicos do trabalho e especialistas clínicos, foi a estratégia mais mencionada e persistente no enfrentamento do estresse.

Essa busca por ajuda profissional revela uma tendência de reconhecer a importância de contar com profissionais qualificados para tratar de questões relacionadas à saúde mental e outros problemas de saúde decorrentes do trabalho. Foi possível constatar que muitos indivíduos destacaram a importância da psicoterapia e/ou do uso de medicação psiquiátrica nesse contexto, ressaltando a relevância dos cuidados com os aspectos psicológicos (BACCIN et al., 2022).

Gonçalves et al., (2020) focaram em estratégias para Unidade Básica de Saúde - UBS. As equipes da família desenvolveram ações educativas com o objetivo de atingir públicos específicos, mas que também foram abertas a todos os usuários dos serviços da unidade básica. Uma palestra foi realizada abordando os temas de toxoplasmose e o vírus Zika, além de uma ação educativa relacionada aos cuidados durante o período gestacional.

A equipe instruiu sobre os cuidados a serem tomados em relação à dengue, realizando a ação duas vezes com o público infantil de uma escola localizada na área de abrangência. Além disso, duas ações de educação em saúde foram conduzidas sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e prevenção da gravidez na adolescência. Foram realizados encontros com a comunidade, envolvendo as equipes, para abordar pontos relacionados à tuberculose, raiva humana e leishmaniose. Além disso, as três equipes promoveram ações dentro

da unidade básica voltadas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e prevenção do suicídio, em consonância com a campanha do setembro Amarelo (GONÇALVES et al., 2020).

Santos et al., (2021) buscaram descrever a atuação do enfermeiro do trabalho na assistência à saúde e prevenção da síndrome de burnout em profissionais de saúde. Para os autores compreende-se que a exposição prolongada ao estresse ocupacional está relacionada à síndrome do desgaste profissional, caracterizada por altos níveis de esgotamento emocional. Esse esgotamento emocional se manifesta na redução ou perda de recursos emocionais, na despersonalização ou no desenvolvimento de atitudes negativas em relação aos pacientes e na ausência de realização pessoal, resultando em uma percepção negativa do próprio trabalho.

As consequências do desgaste profissional abrangem sintomas como fadiga mental, falta de motivação, aumento do risco de doenças cardiovasculares, distúrbios musculoesqueléticos, baixos níveis de desempenho, produtividade reduzida e absenteísmo. Esses efeitos negativos afetam tanto o bem-estar dos profissionais como a qualidade do trabalho desempenhado. Portanto, é fundamental reconhecer e abordar os riscos associados ao desgaste profissional, buscando medidas de prevenção e intervenção que promovam a saúde mental e o bem-estar dos profissionais. O cuidado com o equilíbrio emocional, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e o suporte adequado são aspectos cruciais para mitigar os efeitos adversos do estresse ocupacional e preservar a saúde e o desempenho dos profissionais (SANTOS et al., 2021).

Colaborando Cunha e Mendes (2021) relatando a ausência de ações coordenadas entre as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS) e as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) vinculadas ao Ministério do Trabalho, bem como com a previdência social, responsabilidade

do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão do Ministério da Previdência Social. Constata-se, inclusive, a existência de disputas entre diferentes setores do próprio Estado, devido às suas atribuições conflitantes e concepções divergentes. Essas disputas resultam na falta de compartilhamento de informações e na falta de uma atuação conjunta.

Essa falta de articulação entre as instituições pode ter impactos negativos na efetividade das políticas de saúde e segurança no trabalho, bem como na proteção social dos trabalhadores. A falta de comunicação e cooperação entre o SUS, as DRTs e o INSS podem levar a lacunas na identificação e prevenção de riscos ocupacionais, no acesso aos benefícios previdenciários e na garantia dos direitos trabalhistas (CUNHA; MENDES, 2021).

É fundamental promover a integração e a colaboração entre essas instâncias, visando ações conjuntas em prol da saúde e segurança dos trabalhadores. A cooperação entre o SUS, as DRTs e o INSS podem potencializar a identificação precoce de problemas relacionados ao trabalho, o compartilhamento de informações relevantes, a implementação de medidas preventivas eficazes e a garantia de uma proteção social adequada aos trabalhadores. Somente com uma atuação articulada será possível promover uma abordagem abrangente e efetiva em relação à saúde ocupacional e aos direitos trabalhistas (CUNHA; MENDES, 2021).

Faria et al., (2020) em seu artigo sobre saúde do trabalhador na estratégia de saúde da família, destacam que a jornada de trabalho foi mencionada como um fator que intensifica o estresse dos trabalhadores. Além disso, observou-se que muitos deles continuavam trabalhando em outros empregos ou assumindo responsabilidades domésticas e educacionais em suas residências.

Os baixos salários também contribuem para a insegurança financeira dos trabalhadores, especialmente para os Agentes Comunitários de Saúde. Isso resulta na necessidade de buscar complementar a renda familiar por meio de outras atividades. Esses achados destacam a sobrecarga enfrentada pelos trabalhadores, tanto em termos de carga horária quanto de responsabilidades adicionais fora do ambiente de trabalho. A necessidade de conciliar múltiplas ocupações para garantir sustento financeiro afeta negativamente a qualidade de vida e pode agravar os níveis de estresse (FARIA et al., 2020).

Essas questões ressaltam a importância de políticas que visem à melhoria das condições de trabalho, como a redução da jornada de trabalho, o aumento dos salários e a valorização das atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde. Promover um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal, bem como garantir uma remuneração adequada, são elementos cruciais para mitigar o estresse ocupacional e melhorar o bem-estar dos trabalhadores (FARIA et al., 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho é essencial para garantir condições de trabalho saudáveis e prevenir problemas relacionados ao estresse ocupacional. A implementação de estratégias de educação em saúde e prevenção desempenha um papel fundamental nesse processo, capacitando os trabalhadores e promovendo mudanças positivas em suas atitudes e comportamentos em relação à saúde.

A partir dos estudos analisados, foi possível identificar diversas estratégias de educação em saúde e prevenção utilizadas para

promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Essas estratégias abrangeram desde a realização de palestras e ações educativas sobre temas específicos, como doenças infecciosas, cuidados durante a gestação, dengue e infecções sexualmente transmissíveis, até encontros com a comunidade para discutir problemas de saúde relevantes, como tuberculose, raiva humana e leishmaniose. Além disso, foram realizadas ações voltadas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e a prevenção do suicídio.

No entanto, é importante destacar que a efetividade dessas estratégias depende de uma abordagem abrangente e integrada, que envolva tanto a conscientização e capacitação dos trabalhadores, quanto a criação de um ambiente de trabalho saudável e favorável à saúde. Isso implica na participação ativa dos empregadores, gestores e órgãos responsáveis pela saúde e segurança no trabalho.

Além disso, é necessário um esforço conjunto e uma maior articulação entre as instâncias do Estado, como o Sistema Único de Saúde (SUS), as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para garantir a integração das políticas de saúde, trabalho e previdência social. A falta de comunicação e cooperação entre essas instâncias pode comprometer a efetividade das ações e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BACCIN, A.; et al. Estratégias de enfrentamento ao estresse e engajamento no trabalho da equipe de enfermagem hospitalar. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 1, p. e11602, 2023.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. **Educação Permanente em Saúde**. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, v. rev. ampl., 2008.

CUNHA, F. M. da.; MENDES, A. Revisão narrativa sobre a questão da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde. **Journal of Management & Primary Health Care - JMPHC**, v. 13, p. e018, 2021.

FARIA, M. G. de A.; et al. Saúde do trabalhador no contexto da estratégia de saúde da família: revisão integrativa de literatura. **Escola anna nEry**, v. 24, n. 4, 2020.

FERREIRA, I. O.; MATOS, S. S. de. Promoção de saúde no trabalho: uma estratégia de educação para a saúde. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 3, n. 2, p. 732-745, 2013.

GONÇALVES, R. de S.; et al. Educação em saúde como estratégia de prevenção e promoção da saúde de uma unidade básica de saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 5811-5817, 2020.

LIRA, A. C.; et al. O enfermeiro como educador na estratégia saúde da família. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 1, p. 1343-1357, 2023.

OLIVEIRA, M. T. B.; et al. Usos de Tecnologias Digitais na Educação Permanente em Saúde dos profissionais do Sus: Revisão Integrativa. **Revista Humanidades e Inovação, Palmas - TO**, v. 10, n. 1, p. 357-369, 2023.

SANTOS, F. C. dos; et al. A atuação do enfermeiro do trabalho na assistência à saúde e prevenção da síndrome de Burnout em profissionais de saúde. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 1051-1064, 2021.

SILVA, B. R. da.; et al. Knowledge and approach to first aid in the school environment: education in health and nursing. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. e10312139609, 2023.

SOUZA, A. R. de; MORAES, L. M. P.; BARROS, M. G. T.; VIEIRA, N. F. C.; BRAGA, V. A. B. Estresse e ações de educação em saúde: contexto da promoção da saúde mental no trabalho. **Rev Rene**, v. 8, n. 2, 2007.

CAPÍTULO 4

PERFIL CRIMINOLÓGICO DE AGRESSORES EM ATAQUES A ESCOLAS: CARACTERÍSTICAS, MOTIVAÇÕES E PREVENÇÃO

José Lopes Teixeira Neto¹

Cristóvão Maia Filho²

Agilio Tomaz Marques³

Wesley Alves de Araújo⁴

Lucibel Albuquerque de Andrade⁵

Noelma de Oliveira Ferreira⁶

Daniel Moura Gouveia⁷

Antonio Wilson Junior Ramalho Lacerda⁸

Daniel José Formiga Neves⁹

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.4

1 <https://orcid.org/0000-0001-8866-9339>

2 <https://orcid.org/0000-0003-3605-5743>

3 <https://orcid.org/0000-0001-8364-5063>

4 <https://orcid.org/0000-0001-6019-6867>

5 <https://orcid.org/0009-0009-7452-6244>

6 <http://lattes.cnpq.br/5429302992446177>

7 <https://orcid.org/0000-0002-7551-4271>

8 <https://orcid.org/0000-0002-2000-6421>

9 <http://lattes.cnpq.br/2222349015256847>

RESUMO

Este capítulo teve como analisar o perfil criminológico dos agressores envolvidos em ataques a escolas. A metodologia deste artigo foi pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte livros, monografias, dissertações e Teses sobre a temática. O estudo revela que os agressores são indivíduos que, muitas vezes, não apresentam sinais claros de psicopatia, indicando que experiências de vida, como traumas e fatores sociais, podem desencadear comportamentos agressivos em pessoas sem doenças mentais aparentes. As características dos perpetradores de ataques às escolas podem variar, mas alguns padrões comuns podem ser identificados. Muitas vezes, esses indivíduos apresentam sinais de isolamento social, dificuldade em lidar com frustrações, comportamento agressivo, rejeição pelos pares, histórico de bullying ou trauma emocional. Além disso, podem manifestar fascínio pela violência, ter acesso a armas de fogo ou demonstrar desequilíbrio emocional grave. A prevenção de ataques em escolas requer uma abordagem conjunta, envolvendo instituições de ensino, famílias, amigos e a sociedade como um todo. Promover um ambiente escolar seguro, inclusivo e acolhedor, além de implementar programas de prevenção ao bullying e resolução pacífica de conflitos, são medidas cruciais nesse processo.

Palavras-chave: Ataques. Perfil. Criminologia. Escolas

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem havido uma ampla cobertura na mídia popular sobre o tema do assassinato em massa, despertando grande interesse e comoção pública quando ocorre (TAYLOR, 2018). O aumento desse tipo de crime, que causa indignação e medo na sociedade, levou ao destaque de políticas mais rigorosas e ao controle

do acesso e posse de armas como medidas para melhorar a segurança nesse contexto, uma vez que a maioria desses incidentes envolve o uso de armas de fogo (WELTER et al., 2022).

O termo “assassinato em massa” é frequentemente utilizado para descrever um tipo de homicídio no qual quatro ou mais vítimas são mortas, geralmente em um único local e sem intervalos significativos entre os assassinatos (MORTON, 2005).

No Brasil, os ataques a escolas representam uma triste realidade, com estudantes e professores perdendo a vida e pessoas ficando feridas em incidentes ocorridos em todo o país desde o ano 2000. Anteriormente, esse fenômeno era mais associado a outros países, como os Estados Unidos, mas agora estamos testemunhando um aumento desses casos por aqui. A imprensa tem dedicado ampla cobertura a essa questão, explorando diversos aspectos, como as motivações dos agressores, seu perfil psicológico e social, e a segurança nas escolas (CURVELLO, 2023).

Diante desse contexto, é fundamental compreender o perfil criminológico dos agressores envolvidos em ataques a escolas, assim como suas características, motivações e possíveis estratégias de prevenção. Essa temática tem recebido significativa atenção da imprensa, com abordagens que buscam explorar os aspectos psicológicos, sociais e de segurança relacionados a esses casos.

Para embasar essa pesquisa, recorreremos a diversos autores e pesquisadores no campo criminológico, como Lino (2021), que destaca a importância análise do Comportamento na Investigação Criminal e Turski (2021), por sua vez, destaca a importância de estudar as características individuais dos perpetradores, como histórico de violência, transtornos mentais e interações sociais, a fim de identificar possíveis fatores de risco e vulnerabilidade.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o perfil criminológico dos agressores envolvidos em ataques a escolas. Com base nesse estudo, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam a segurança e o bem-estar nas instituições de ensino, visando prevenir a ocorrência desses trágicos eventos.

A metodologia deste artigo foi pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte livros, monografias, dissertações e Teses sobre a temática

2 PERFIL CRIMINOLÓGICO

Perfil criminológico é uma ferramenta importante utilizada no campo da investigação criminal para auxiliar na identificação e compreensão do comportamento de criminosos. Essa técnica busca traçar um perfil psicológico e comportamental do autor de um crime, a partir de evidências e características observadas nas cenas dos delitos. O perfil criminológico tem como objetivo principal auxiliar na identificação e captura de suspeitos, bem como proporcionar informações úteis para a prevenção de crimes futuros (TURSKI, 2021).

Os autores Holmes e Holmes (2019) abordam o perfil criminológico como uma ferramenta investigativa essencial para crimes violentos. Eles exploram os diferentes aspectos do perfil do agressor, como características comportamentais, padrões de crime e motivações subjacentes. O livro fornece insights sobre como o perfil criminológico pode ser usado para ajudar na identificação e captura de agressores, fornecendo orientações práticas para investigadores e profissionais da área.

O autor Turvey (2017) introduz a análise do perfil criminológico como parte integrante da análise de evidências comportamentais. Ele

explora os métodos e técnicas usados na criação de perfis criminais, destacando a importância da compreensão dos comportamentos do agressor, padrões de crime e motivadores psicológicos. O livro examina os processos de investigação e a aplicação prática do perfil criminológico, fornecendo uma visão geral abrangente do campo.

Canter e Youngs (2010) examinam o perfil criminológico não apenas como uma ferramenta de investigação, mas também como uma área de estudo relevante para a formulação de políticas e práticas. Eles exploram como o perfil criminológico pode informar a tomada de decisões em questões de segurança pública, política criminal e prevenção do crime. O livro aborda a aplicação do perfil criminológico em várias áreas, fornecendo insights sobre sua utilidade além do contexto investigativo.

Os autores Douglas et al., (2013) propõem um sistema padronizado para investigação e classificação de crimes violentos. Eles destacam a importância do perfil criminológico na compreensão da dinâmica dos crimes e na identificação de características comportamentais distintivas dos agressores. O livro oferece orientações detalhadas sobre como avaliar e classificar diferentes tipos de crimes violentos, utilizando o perfil criminológico como parte integrante do processo.

Por fim, McCrary (2018) aborda a psicologia criminal como um campo multidisciplinar que explora a interação complexa entre natureza, criação e cultura na compreensão do comportamento criminoso. Ele examina o perfil criminológico como uma ferramenta que ajuda a desvendar os fatores psicológicos que influenciam a motivação e o comportamento dos agressores.

Além de auxiliar na identificação de suspeitos, o perfil criminológico também pode fornecer informações úteis para a

prevenção de crimes futuros. Com base nas características e motivações do criminoso, é possível desenvolver estratégias de prevenção e mitigação de riscos. Por exemplo, se um perfil indica que o autor de determinados crimes possui uma tendência a agir em determinadas circunstâncias ou locais, medidas preventivas podem ser tomadas para evitar novas ocorrências (ALMEIDA, 2012).

O perfil criminológico tem evoluído ao longo dos anos com o avanço da psicologia forense e da ciência comportamental. Novas técnicas e métodos têm sido desenvolvidos, e a colaboração entre profissionais de diferentes áreas, como psicologia, criminologia e investigação criminal, tem se mostrado fundamental para aprimorar essa ferramenta. Apesar dos desafios e limitações, o perfil criminológico continua sendo uma valiosa contribuição para a resolução de crimes. Através da análise minuciosa de evidências e do estudo do comportamento humano, é possível obter insights que podem ajudar a entender as motivações, a personalidade e os padrões de ação de um criminoso.

3 OS ATAQUES AS ESCOLAS NO BRASIL

Os ataques às escolas no Brasil representam uma realidade alarmante e trágica. Nos últimos anos, o país tem testemunhado episódios de violência extrema ocorridos em ambientes escolares, resultando em perdas irreparáveis de vidas e deixando marcas profundas nas comunidades afetadas.

Esses ataques têm diversas motivações e características, sendo alguns dos principais fatores relacionados à falta de apoio emocional, problemas de saúde mental, bullying, exclusão social, fácil acesso a armas de fogo e influências negativas propagadas pela mídia e redes sociais. Além disso, é importante mencionar que cada caso tem suas

particularidades e não existe um único perfil que defina os agressores (TURSKI, 2021).

É importante destacar que os crimes ocorridos em ambientes escolares frequentemente são motivados pelo ódio. Nesse ambiente doentio, grupos se organizam secretamente para realizar massacres nas escolas. Segundo a lógica distorcida dessas mentes, o assassino ganha notoriedade entre seus pares, mesmo que seja morto pela polícia ou vá para a prisão. Quando a imprensa divulga informações que identificam os assassinos, isso contribui para que essas pessoas obtenham reconhecimento dentro de seu grupo, o que pode incentivar novos ataques (CURVELLO, 2023).

A violência nas escolas não afeta apenas as vítimas diretas, mas também toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, funcionários e pais. Esses eventos traumatizantes geram medo, insegurança e impactos emocionais profundos nos sobreviventes, que muitas vezes lutam para se recuperar e reconstruir suas vidas após essas experiências traumáticas (CARVALHO; CAMARGOS; REIS, 2021).

É fundamental destacar a importância da prevenção e do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a segurança nas escolas. Medidas como a criação de programas de conscientização, combate ao bullying, formação de equipes multidisciplinares de apoio, estratégias de segurança e controle de acesso, além do investimento em saúde mental, são essenciais para mitigar o risco de ataques e garantir um ambiente escolar mais seguro e acolhedor (ALMEIDA, 2012).

É necessário que a sociedade como um todo se una para enfrentar esse grave problema. Isso envolve a educação de crianças e adolescentes em valores de respeito, empatia e tolerância, a promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da denúncia

de comportamentos preocupantes e a criação de redes de apoio que possam identificar precocemente sinais de alerta e oferecer suporte adequado (TURSKI, 2021).

Os ataques às escolas são uma triste realidade que demanda ações efetivas e urgentes. É necessário um esforço conjunto de governantes, instituições educacionais, profissionais de segurança, famílias e comunidade em geral para promover a segurança e o bem-estar das nossas crianças e jovens, garantindo que as escolas sejam espaços de aprendizado, convivência pacífica e desenvolvimento saudável.

4 CARACTERÍSTICAS, MOTIVAÇÕES E PREVENÇÃO NOS ATAQUES AS ESCOLAS NO BRASIL

A compreensão do que impulsiona certas pessoas a adotarem comportamentos extremos, indo contra a preservação da vida, ainda é um desafio. Esses indivíduos, cujo objetivo é exatamente o oposto, ou seja, o de tirar vidas, são frequentemente associados a psicopatia, distúrbios mentais, predisposição genética ou experiências violentas na infância ou adolescência. São comumente conhecidos como serial killers ou assassinos em série (GUIMARÃES, 2016).

Quanto aos locais em que os crimes ocorreram, é importante destacar que todos eles foram em escolas. Em relação aos agressores constatou-se que a maioria dos homicídios em massa foi perpetrada por jovens do sexo masculino com armas de fogo e facas (WELTER et al., 2022).

É surpreendente para muitas pessoas descobrir que esses homicidas possuem aspectos comuns em suas vidas: têm famílias, empregos, relacionamentos amorosos, conversam com os vizinhos, leem livros, assistem filmes, entre outras atividades. Aparentemente,

são pessoas normais que esconderam, por muito tempo, sua verdadeira identidade maligna. Isso, sem dúvida, é assustador (GUIMARÃES, 2016).

Existe uma falsa noção de que os agressores são um fenômeno recente das sociedades modernas, em grande parte devido à exploração midiática desses casos pelo jornalismo sensacionalista e a indústria cinematográfica dos Estados Unidos nos últimos séculos. No entanto, ao longo da história da humanidade, é possível observar a presença deles em diferentes culturas e locais (WELTER et al., 2022).

As características dos perpetradores de ataques às escolas podem variar, mas alguns padrões comuns podem ser identificados. Muitas vezes, esses indivíduos apresentam sinais de isolamento social, dificuldade em lidar com frustrações, comportamento agressivo, rejeição pelos pares, histórico de bullying ou trauma emocional. Além disso, podem manifestar fascínio pela violência, ter acesso a armas de fogo ou demonstrar desequilíbrio emocional grave (LUCIA, 2019).

As motivações por trás desses ataques também podem ser diversas. Alguns agressores buscam vingança contra aqueles que consideram responsáveis por seu sofrimento, como colegas de escola ou professores. Outros podem ser motivados por um desejo de notoriedade, buscando visibilidade através de atos violentos. Alguns também podem ter ideologias extremistas que os levam a atacar instituições educacionais (LUCIA, 2019).

Uma das motivações frequentemente observadas é a sensação de desespero, alienação e exclusão social. Alguns agressores podem sentir-se marginalizados, rejeitados ou incompreendidos pela sociedade ou pela comunidade escolar. Essa sensação de isolamento pode levar a uma profunda angústia emocional, desencadeando uma resposta violenta como forma de expressar sua raiva, frustração

ou desejo de vingança contra aqueles que eles percebem como responsáveis por seu sofrimento (CARLOS, 2015).

Para Cambricoli (2019) pesquisas científicas realizadas internacionalmente, que analisaram o perfil de diversos atiradores em todo o mundo, revelaram conclusões surpreendentes: na maioria dos casos, não foi identificado o traço de psicopatia nos agressores. Isso leva os pesquisadores a especularem que experiências de vida, como traumas, abusos ou outros fatores sociais, podem desencadear comportamentos agressivos em indivíduos que não apresentam sinais de doença mental.

Outra motivação comum é a busca por notoriedade ou reconhecimento. Alguns agressores têm o objetivo de chamar a atenção para si mesmos, buscando fama, infâmia ou o desejo de serem lembrados. Eles podem ser influenciados por exemplos anteriores de ataques em escolas que receberam ampla cobertura da mídia, buscando replicar ou superar esses eventos para obter destaque (CARLOS, 2015).

Problemas de saúde mental também desempenham um papel significativo em muitos casos. Alguns agressores apresentam transtornos psicológicos não diagnosticados ou subtratados, como depressão, transtornos de personalidade, psicose ou distúrbios de comportamento. Essas condições podem afetar sua capacidade de lidar com o estresse, controlar impulsos violentos e tomar decisões racionais (LINO, 2021).

Além disso, fatores como acesso a armas de fogo, influência de ideologias extremistas, experiências de violência ou abuso prévio, influência de grupos ou comunidades online, entre outros, também podem desempenhar um papel na motivação de um agressor.

É importante ressaltar que a compreensão das motivações por trás desses ataques não busca justificar ou desculpar suas ações,

mas sim fornecer insights para a prevenção e intervenção precoce. A promoção de um ambiente escolar seguro, a detecção precoce de sinais de alerta, o apoio à saúde mental e a criação de uma cultura de respeito, empatia e inclusão são algumas das medidas que podem ajudar a mitigar os riscos e prevenir essas tragédias.

Para a prevenção a observação atenta é o primeiro passo para a prevenção. Profissionais da área educacional devem estar atentos tanto aos alunos com perfil agressor (aqueles que praticam assédio psicológico, exercem liderança de forma negativa, têm aversão a regras e lidam mal com frustrações e opiniões divergentes) quanto aos alunos com perfil de vítima (aqueles que se afastam do convívio social, são alvo constante de brincadeiras constrangedoras e apresentam comportamento introvertido) (LINO, 2021).

A escola desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo a instituição mais importante na introdução do indivíduo à sociedade e na formação de sua personalidade. É responsabilidade crucial das instituições de ensino reconhecer o impacto do bullying e estar consciente do problema, pois isso é um passo primordial para encontrar soluções. Portanto, é essencial que todos os profissionais que lidam com esses jovens estejam capacitados para identificar, diagnosticar e intervir quando transtornos emocionais se manifestam, além de contar com especialistas no tema dentro do corpo docente.

Além disso, não podemos assumir o papel de meros espectadores. A atitude passiva - seja da escola, seja dos outros alunos que testemunham as agressões em silêncio - fortalece o agressor. Todos somos corresponsáveis e, portanto, devemos sempre defender a vítima. É fundamental que todos os núcleos envolvidos - escola, família, amigos e sociedade - atuem em conjunto para proteger e cuidar da juventude brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil criminoso dos agressores em ataques a escolas é um fenômeno complexo e multifacetado. Embora cada caso seja único, existem características, motivações e padrões que podem ser observados. A sensação de desespero, alienação e exclusão social, a busca por notoriedade, problemas de saúde mental e acesso a armas de fogo são alguns dos fatores que podem influenciar esses ataques.

É crucial que as instituições de ensino e a sociedade como um todo estejam atentas a esses sinais de alerta e adotem medidas efetivas de prevenção. O primeiro passo é promover um ambiente escolar seguro, acolhedor e inclusivo, onde os alunos se sintam valorizados e apoiados. A detecção precoce de comportamentos problemáticos, a identificação de alunos em risco e a oferta de suporte emocional e serviços de saúde mental são fundamentais.

Além disso, a conscientização e a educação são essenciais. É importante que pais, educadores e profissionais de saúde estejam capacitados para identificar e lidar com possíveis problemas emocionais e comportamentais. A promoção de programas de prevenção ao bullying, resolução pacífica de conflitos e promoção da empatia e do respeito mútuo também desempenham um papel fundamental.

A colaboração entre escola, família, amigos e sociedade como um todo é fundamental para o cuidado e a proteção da juventude. A prevenção de ataques em escolas requer um esforço conjunto, com o compartilhamento de informações, a comunicação aberta e a colaboração entre todos os envolvidos.

Em última análise, a compreensão do perfil criminoso de agressores em ataques a escolas é crucial para a implementação de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Ao abordar as

motivações subjacentes, fornece suporte emocional e criar um ambiente de apoio, podemos trabalhar juntos para proteger a segurança e o bem-estar de nossos estudantes e promover uma cultura de paz e respeito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. de Bullying escolar e criminalidade adulta: Um estudo com egressos do sistema prisional de Juiz de Fora/MG. **Dissertação** (Programa de Pós-graduação em Psicologia), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

CAMBRICOLI, F. Estudos mostram perfil dos atiradores de crimes em escolas. *Cidades*, Terra, 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/maioria-dos-atiradores-de-crimes-em-escolas-nao-e-psicopata-dizem-estudos,9e33171b8a2df6eb31f74da137a4e4e7anwfx5z7.html>. Acesso em junho de 2023.

CANTER, D.; YOUNGS, D. **Profiling in policy and practice**. Willan, 2010.

CARLOS, J. P. C. S. Bullying na adolescência: Perfil psicológico de agressores, vítimas e observadores. **Dissertação** (Mestrado Integrado em Psicologia), Universidade de Lisboa, 2015.

CARVALHO, A. M. S.; CAMARGOS, N. N.; REIS, S. dos. O bullying na infância e seus efeitos na vida adulta. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Curso de Psicologia), do Centro Universitário Una, Cidade Universitária, 2021.

Curvello, A. O papel da mídia no estímulo à violência. *Política Livre*, 2023. Disponível em: <https://politicalivre.com.br/2023/04/o-papel-da-midia-no-estimulo-a-violencia-por-andre-curvello/#gsc.tab=0>. Acesso em junho de 2023.

DOUGLAS, J. E., et al. *Crime classification manual: A standard system for investigating and classifying violent crimes* (3rd ed.). Wiley, 2013.

GUIMARÃES, R P. G. O perfil psicológico dos assassinos em série e a investigação criminal. **Revista da Escola Superior da Polícia Civil**, v. 5, n. 2, 2016.

HOLMES, R. M.; HOLMES, S. T. **Profiling violent crimes: An investigative tool** (8th ed.). Sage Publications, 2019.

LINO, D. **Análise do Comportamento na Investigação Criminal**. 1 ed. Juruá Editora, 2021.

LUCIA, V. **O Massacre de Suzano e o Bullying**. Linked, 2019. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/o-massacre-de-suzano-e-bullying-vera-malato>. Acesso em junho de 2023.

MCCRARY, J. L. **Criminal psychology: Nature, nurture, culture: A textbook and practical reference guide for students and working professionals in the fields of law enforcement, criminal justice, mental health, and forensic psychology**. CRC Press, 2018.

TURSKI, L. A. A. **Perfil Criminal**. †Clube de Autores, 2021.

TURVEY, B. E. **Criminal profiling: An introduction to behavioral evidence analysis** (4th ed.). Academic Press, 2017.

WELTER, L. dos S. Assassinatos em massa: uma pesquisa documental. **Psico, Porto Alegre**, v. 53, n. 1, p. 1-12, 2022.

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA: PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE E A SEGURANÇA ALIMENTAR

Virgínia de Fátima Bezerra
Nogueira¹

Patrício Borges Maracajá²

Aline Carla de Medeiros³

Agílio Tomaz Marques⁴

Elisabete de Farias Sousa Oliveira⁵

Emídio Diniz Batista⁶

Wilma Kátia Trigueiro Bezerra⁷

Décio Carvalho Lima⁸

Marcelo Rodrigues Félix⁹

Miriam Souza Martins¹⁰

João Batista de Sousa Américo¹¹

Kenedy dos Santos Pinheiro¹²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.5

1 <https://orcid.org/0000-0002-5564-1011>

2 <https://orcid.org/0000-0003-4812-0389>

3 <https://orcid.org/0000-0002-0161-3541>

4 <https://orcid.org/0000-0001-8364-5063>

5 <https://orcid.org/0000-0002-9520-8060>

6 <https://orcid.org/0009-0008-3658-1341>

7 <https://orcid.org/0000-0003-3560-0666>

8 <https://orcid.org/0000-0001-5466-9832>

9 <http://lattes.cnpq.br/8702775642792046>

10 <https://orcid.org/0000-0002-3512-4770>

11 <http://lattes.cnpq.br/1501469848254524>

12 <https://orcid.org/0009-0008-9502-2662>

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é explorar e evidenciar a importância da educação agroecológica como uma ferramenta eficaz para promover a sustentabilidade e a segurança alimentar. Apesar do reconhecimento crescente da importância da educação agroecológica, ainda há uma lacuna na sua implementação em muitos contextos educacionais. É fundamental fortalecer e expandir as iniciativas de educação agroecológica, integrando-as aos currículos escolares e programas de formação, a fim de alcançar um público mais amplo e garantir que as gerações futuras estejam preparadas para enfrentar os desafios da produção de alimentos sustentáveis e da segurança alimentar. Para alcançar os objetivos, utilizou-se uma Revisão Bibliográfica, no Google Acadêmico. A pesquisa delimitou aos artigos publicados nos últimos três anos, ou seja, no período de 2020 a 2023. Os resultados mostraram a importância da educação agroecológica como uma ferramenta essencial para promover a sustentabilidade e a segurança alimentar. Através da implementação de práticas educativas que valorizem os conhecimentos agroecológicos e estimulem ações de preservação dos recursos naturais, é possível promover mudanças significativas nos sistemas de produção de alimentos.

Palavras-chave: Agroecologia. Educação. Segurança Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

A importância de uma educação de excelência, que valorize a criação de indivíduos mais analíticos, conscientes e competentes para lidar com os desafios da vida, está se tornando cada vez mais evidente. É claro que precisamos desenvolver novas abordagens educacionais que incorporem a saúde e o meio ambiente por meio de propostas interdisciplinares (SILVA et al., 2019).

Para Santos et al., (2020) é necessário a implementação de dinâmicas e atividades lúdicas que enfatizam a importância e conservação dos recursos naturais, pois desempenham um papel fundamental na formação acadêmica dos atores sociais envolvidos nesse contexto. Essas atividades não apenas aplicam os princípios agroecológicos, mas também abordam questões de sustentabilidade, segurança alimentar e educação ambiental.

A educação agroecológica tem se destacado como uma abordagem fundamental para promover a sustentabilidade e a segurança alimentar. Em um cenário global marcado por desafios ambientais, sociais e econômicos, a necessidade de repensar os sistemas de produção de alimentos e promover uma relação harmoniosa entre o homem e o meio ambiente torna-se cada vez mais evidente. Nesse contexto, a educação agroecológica surge como uma ferramenta poderosa para capacitar indivíduos e comunidades a adotarem práticas sustentáveis e promover a segurança alimentar.

Diante desse contexto, fica evidente o aumento da preocupação das pessoas com a segurança alimentar e a qualidade dos produtos que consomem. Isso resulta em um movimento em busca de formas alternativas de produção que aproximem a unidade de produção e consumo, agricultores e consumidores, com o intuito de reconstruir laços de confiança. Essa reconexão entre alimentação e segurança alimentar e nutricional surge como consequência dessa situação, destacando a preocupação com a origem e a qualidade dos processos produtivos e dos alimentos consumidos, bem como os efeitos da alimentação sobre os consumidores (NASCIMENTO et al., 2019).

No contexto brasileiro, diversas iniciativas são adotadas para resgatar ações que promovam a segurança alimentar e nutricional, expandindo além dos espaços cotidianos e envolvendo consumidores e produtores em esforços conjuntos para garantir a compra e venda

de alimentos saudáveis. Essas iniciativas ganham relevância na esfera pública por meio de mobilizações sociais que tiveram início na década de 1980. Esse processo acumulou um conjunto de conceitos e uma base social, culminando na criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006, que visa atender às necessidades alimentares da população e alcançar a autossuficiência nacional na produção de alimentos (MALUF, 2009; GRISA, 2012).

A utilização do termo “segurança alimentar” pode levar a interpretações ambíguas, abrangendo uma ampla gama de ações, desde o combate à fome até discussões sobre uma alimentação adequada. No entanto, muitas vezes negligencia-se o papel fundamental da agricultura familiar (SANCHEZ et al., 2019).

Através da aplicação dos princípios da agroecologia, os agricultores familiares assumem um papel de destaque na transição para uma economia sustentável. Além de serem produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles também desempenham um papel importante na preservação da paisagem e na conservação da biodiversidade. Isso representa uma forma alternativa de ocupação do território, baseada em critérios sociais e ambientais (SANCHEZ et al., 2019).

Apesar do reconhecimento crescente da importância da educação agroecológica, ainda há uma lacuna na sua implementação em muitos contextos educacionais. É fundamental fortalecer e expandir as iniciativas de educação agroecológica, integrando-as aos currículos escolares e programas de formação, a fim de alcançar um público mais amplo e garantir que as gerações futuras estejam preparadas para enfrentar os desafios da produção de alimentos sustentáveis e da segurança alimentar. Além disso, a educação agroecológica pode contribuir para a valorização da cultura local, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da soberania alimentar.

O objetivo geral deste estudo é explorar e evidenciar a importância da educação agroecológica como uma ferramenta eficaz para promover a sustentabilidade e a segurança alimentar.

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos, utilizou-se uma Revisão Bibliográfica, que segundo Gil (2009), tem como objetivo principal situar o pesquisador no estado atual do conhecimento sobre o tema investigado, permitindo identificar lacunas, avanços, divergências e convergências existentes na literatura existente. Além disso, ela possibilita o embasamento teórico do estudo, fornecendo subsídios para a formulação de hipóteses e construção de um arcabouço conceitual consistente.

Como busca dos artigos a fonte principal de pesquisa foi o Google Acadêmico e o Portal CAPES/MEC. A escolha dessa plataforma se deve à sua ampla gama de artigos científicos disponíveis, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

A pesquisa delimitou aos artigos publicados nos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2018 a 2023.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Silva et al., (2019) destacam que na área da educação ambiental não formal, as atividades ocorrem, na maioria das vezes, fora do ambiente escolar, sem restrições de espaço, horários ou currículos. É nesse contexto que os conhecimentos são construídos e compartilhados por meio das relações socioculturais entre os indivíduos. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem ocorre de maneira espontânea, contribuindo para a formação de cidadãos autônomos, críticos e reflexivos.

Para Feitosa e Campos (2020) a abordagem da agroecologia oferece um ponto de referência para valorizar não apenas a complexidade dos agroecossistemas, mas também para melhorar a qualidade de vida dos agricultores e o estilo de vida nas áreas urbanas, onde há uma busca crescente por uma vida saudável com alimentos livres de contaminantes. Isso influencia na prevenção de diversas doenças e desempenha um papel significativo na determinação da saúde, longevidade e bem-estar físico.

No entanto, unir a saúde ao sistema agroalimentar é um desafio social, pois ao longo dos anos houve uma separação dessas diretrizes. Nesse sentido, a perspectiva agroecológica não apenas defende a melhoria e a intensificação da agricultura familiar, mas também trabalha diretamente e indiretamente para diminuir essas lacunas, visando promover a saúde da população (FEITOSA; CAMPOS, 2020).

Nessa perspectiva, Silva et al., (2019) destacam que o desenvolvimento de atividades educativas por meio da construção de hortas agroecológicas em abrigos para crianças torna-se uma abordagem relevante para explorar temas como educação ambiental e educação alimentar. Essas atividades proporcionam um ambiente propício para a aprendizagem, permitindo que as crianças vivenciem na prática os princípios da agroecologia, como a conexão entre a produção de alimentos e a preservação ambiental.

Ao participar da criação e manutenção de hortas agroecológicas, as crianças têm a oportunidade de se envolverem em atividades práticas, como o plantio, o cultivo e a colheita de alimentos de forma sustentável. Além disso, elas são expostas a conceitos fundamentais de educação ambiental, como a importância da conservação da biodiversidade, o uso responsável dos recursos naturais e a valorização da agricultura familiar (SILVA et al., 2019).

O artigo de Araújo; Duarte e Torres Filha (2019) foi na mesma linha de pesquisa, analisando a experiência vivenciadas nas ações de educação agroecológicas em uma escola de jovens e adultos em Mossoró-RN. As ações do projeto consistem em colocar em prática conhecimentos que combinam o aprendizado em sala de aula com o conhecimento que os alunos trazem de suas casas. Além disso, essas ações abrem a possibilidade de replicação, com o objetivo de incentivar a geração de renda e criar meios de produção que garantam a segurança alimentar no meio urbano. A produção de hortaliças em espaços pequenos pode despertar o interesse dos estudantes em replicar a ideia em seus quintais e em outros espaços, promovendo assim a autonomia na produção de alimentos.

Para Silva e Ferrari (2018) as evidências empíricas dos processos educativos fornecem insights sobre a compreensão histórica da relação entre economia e cultura, bem como das diferentes estratégias de reprodução do campesinato presentes nas práticas sociais, políticas e econômicas dessa população. Por meio da trajetória histórica da formação social do campesinato no Brasil, é possível identificar aspectos relacionados ao uso da terra, sociabilidades e relações com a natureza para a produção e reprodução sociocultural e socioeconômica das comunidades rurais (SILVA; FERRARI, 2018).

Esse modo de vida camponês resulta em uma configuração social específica, na qual tanto a dimensão material do trabalho camponês quanto a dimensão simbólica contribuem para a formação de processos educativos relacionados à organização sociopolítica. As evidências empíricas desses processos educativos auxiliam a entender historicamente a relação entre economia e cultura, as estratégias de reprodução do campesinato e as dinâmicas sociopolíticas e socioeconômicas das comunidades rurais. Essas evidências destacam a importância dos aspectos materiais e simbólicos do trabalho

camponês e revelam a influência dos movimentos sociais e sindicais no desenvolvimento desses processos educativos (SILVA; FERRARI, 2018).

No trabalho de Santos et al., (2020) as oficinas desempenharam um papel importante ao abordar um tema que ainda é pouco explorado nas ações destinadas aos agricultores familiares agroecológicos em Pernambuco. De acordo com os autores, essas oficinas abordaram questões relacionadas à alimentação cotidiana e aos tabus associados ao tema, como fome, divisão justa do trabalho no preparo dos alimentos e doenças relacionadas à alimentação, além de ressaltar a importância de uma maior atenção aos alimentos industrializados.

A metodologia adotada nas oficinas foi de grande relevância, pois proporcionou a transmissão de informações técnicas importantes combinadas com os saberes locais, utilizando uma linguagem adequada à faixa etária dos participantes. Com base nessa experiência, foi desenvolvida uma cartilha sobre educação alimentar direcionada aos jovens multiplicadores, contendo um passo-a-passo, material didático e referências. Essa cartilha teve como objetivo capacitar os jovens para multiplicarem esses conhecimentos em seus territórios e, a partir disso, promover a construção de novos hábitos e práticas alimentares (SANTOS et al., 2020).

Clemente et al., (2020) relatou a experiência vivenciada em duas feiras agroecológicas do município de Maceió - AL, que contaram com o apoio do projeto de extensão “Colhendo Bons Frutos: Nutrição e Agroecologia”. Essas feiras, conhecidas como feiras agroecológicas e orgânicas UFAL/Centenário, são espaços onde são oferecidos alimentos provenientes de uma produção sustentável e livre de agrotóxicos, desempenhando um papel importante na promoção da segurança alimentar e nutricional.

As ações realizadas no âmbito desse projeto, como educação continuada, estímulo à produção e diversificação de alimentos orgânicos, melhoria da infraestrutura das feiras, atividades de educação nutricional e ambiental, e a inclusão de temas relacionados à agricultura familiar, agroecologia e gênero no curso de graduação em Nutrição da FANUT/UFAL, têm contribuído para aprimorar a qualidade das feiras. Além disso, essas ações têm gerado renda para as famílias camponesas e promovido o reconhecimento do papel das mulheres no campo, fortalecendo a luta por sistemas alimentares mais sustentáveis, justos e equitativos (CLEMENTE et al., 2020).

Colaborando Sanchez et al., (2019) que ações socioeducativas que priorizem a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Soberania Alimentar (SH) são de extrema importância. Essas ações devem se concentrar na qualificação das populações historicamente vulnerabilizadas pelo sistema dominante, como agricultores familiares, mulheres agricultoras, jovens, populações indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras e ribeirinhas.

Apesar do cenário político atual não ser favorável para projetos que se baseiam em princípios como a agroecologia, a conservação da biodiversidade e o empoderamento dessas populações, é possível contribuir para a superação dessa problemática sistêmica. Uma estratégia é ampliar a rede de parcerias em âmbito local e regional, buscando alianças que fortaleçam a causa da agroecologia e da justiça social (SANCHEZ et al., 2019).

Pereira e Gomes (2021) destacam a necessidade de reconhecer, validar e integrar os saberes dos sujeitos da Amazônia em suas práticas, o que constitui uma abordagem da Educação Ambiental (EA) baseada em seus modos de vida. Esse caminho envolve o reconhecimento e o senso de pertencimento, buscando conectar as novas práticas de uso e produção aos elementos naturais e promover a integração do sujeito

com o meio ambiente. Propõe-se, assim, um modelo educacional que transcenda a racionalidade instrumental, permitindo que os saberes dos educadores se integrem ao processo de formação de sujeitos ecológicos.

A pesquisa de Engelmann e Floriani (2018) buscou compreender em que contexto espacial e histórico ocorre a expansão da agroecologia na educação formal. Os achados dos autores mostram que a inclusão de cursos de agroecologia nas instituições de ensino formais do Brasil é uma realidade crescente, especialmente a partir dos anos 2000. Esse crescimento indica uma mudança de perspectiva e demonstra que novas abordagens estão sendo desenvolvidas e consolidadas, ao questionar o enfoque tecnicista e buscar formar profissionais em todos os níveis de educação.

A proposta da agroecologia busca romper com o paradigma da agricultura moderna capitalista, que desvalorizou e subjugou os conhecimentos dos agricultores tradicionais, relegando-os a meros saberes mitológicos ou desprovidos de base científica. Essa abordagem é orientada por uma perspectiva contra-hegemônica, buscando construir alternativas. Portanto, a criação de cursos formais em agroecologia está moldando novas dinâmicas territoriais, pois consegue incorporar, por meio das pressões dos movimentos sociais do campo, uma demanda social respaldada na discussão da necessidade de uma educação voltada para atender o público da agricultura camponesa nas instituições de ensino (ENGELMANN; FLORIANI, 2018).

Nascimento et al., (2019) tratou da produção agroecológica e a segurança alimentar. Para os autores a agricultura familiar agroecológica desempenha um papel fundamental na promoção de formas sustentáveis de produção. Isso se deve às representações sociais dos agricultores familiares agroecologistas, que valorizam a

qualidade do trabalho, o valor dos alimentos produzidos, o respeito ao meio ambiente e aos consumidores. Conforme demonstraram os resultados, o impulso para esse tipo de produção não se limita apenas ao acesso aos mercados, embora sejam essenciais para a subsistência das famílias agrícolas, mas está principalmente relacionado ao compromisso social assumido por esses atores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desse artigo ressaltam a importância da educação agroecológica como uma ferramenta essencial para promover a sustentabilidade e a segurança alimentar. Através da implementação de práticas educativas que valorizem os conhecimentos agroecológicos e estimulem ações de preservação dos recursos naturais, é possível promover mudanças significativas nos sistemas de produção de alimentos.

A educação agroecológica desempenha um papel fundamental ao envolver os atores sociais, como agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, no processo de formação e conscientização sobre a importância da agroecologia. Essa abordagem educacional contribui para a valorização dos saberes tradicionais e a construção de práticas mais sustentáveis no campo, fortalecendo a autonomia e a resiliência dessas populações.

Além disso, a educação agroecológica tem o potencial de promover a segurança alimentar, ao enfatizar a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e baseados em sistemas agroecológicos. Ao estimular a diversificação da produção e o uso consciente dos recursos naturais, contribui para a oferta de alimentos de qualidade e para a redução da dependência de insumos químicos.

Nesse sentido, é fundamental promover a inserção da educação agroecológica nos currículos escolares, bem como desenvolver programas de formação e capacitação de professores nessa temática. Além disso, é necessário fortalecer parcerias entre instituições de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, visando a criação de políticas públicas que incentivem e apoiem a educação agroecológica em todas as suas dimensões.

A promoção da sustentabilidade e da segurança alimentar por meio da educação agroecológica é um desafio complexo, mas também uma oportunidade de transformação positiva nos sistemas de produção de alimentos. É necessário que os diversos atores envolvidos, incluindo governos, sociedade civil e comunidades locais, unam esforços para promover uma transição agroecológica mais ampla e consciente, garantindo assim um futuro mais sustentável e equitativo para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. E. de A.; DUARTE, E. de F.; FILHA, F. G. T. Agricultura urbana: Uma experiência de produção agroecológica urbana no centro de educação de jovens e adultos professor Alfredo Simonetti - CEJA. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 17229–17240, 2019.

CLEMENTE, A. P. G.; et al. Feiras Agroecológicas e Orgânicas em Macaíó: Soberania alimentar e protagonismo feminino camponês. **CADERNOS de Agroecologia - Anais do 3 Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020.

ENGELMANN, S. A.; FLORIANI, N. Expansão da educação agroecológica formal no Brasil: construindo novas territorialidades nos últimos 17 anos. **Terr@ Plural**, v. 12, n. 1, p. 22–40, 2018.

FEITOSA, J. F. de F.; CAMPOS, T. I. L. Agroecologia e promoção da saúde: um olhar para a segurança alimentar no Estado da Paraíba.

Revista de Agroecologia no Semiárido (RAS) - (Sousa - PB), v. 4, n.1, p.29- 45, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, S. G. S.; et al. Produção agroecológica e Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil). **Revista de Ciências Agrárias**, v. 42, n. 1, p. 294-304, 2019.

PEREIRA, W. de A.; GOMES, R. K. S. Saberes Docentes em Educação Ambiental na escola família agroecológica do Macacoari. **Revista Teias, Rio de Janeiro**, v. 22, n. 67, p. 478-497, 2021.

SANCHEZ, A. R. N.; et al. Referenciais pedagógicos para educação em segurança alimentar e nutricional com populações indígenas e rurais do sul da Bahia. **Revista Fitos, Rio de Janeiro**, v. 13, p. 82-87, 2019.

SANTOS, M. A. F. dos.; et al. Horta escolar e segurança alimentar: instrumento pedagógico e saber didático. **Cadernos de Agroecologia -Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe**, v. 15, n, 2, 2020.

SILVA, M. G. da.; FERRARI, E. A. Cultura Camponesa, Educação e Agroecologia. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 31, p. 215-236, 2018.

SILVA, M. H. T.; et al. Horta Agroecológica, Segurança Alimentar e Educação Ambiental no lar Batista. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 3, p. 125-133, 2019.

CAPÍTULO 6

A CAÇA AS BRUXAS: REFLEXO DO DISCURSO ANTIGÊNERO NAS ESCOLAS

Cristóvão Maia Filho¹

Thauany dos Santos Costa²

Maria Rosângela Amorim Silvestre³

Lucineide Gonçalves Moreira⁴

Olira Ananias Oliveira⁵

Claudiana Sales Pinto⁶

Cicera Sales Pinto⁷

Francisca Alves de Souza⁸

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.6

1 <https://orcid.org/0000-0003-3605-5743>
2 <http://lattes.cnpq.br/4561303791438361>
3 <http://lattes.cnpq.br/3282995828981750>
4 <http://lattes.cnpq.br/9959003301220009>
5 <http://lattes.cnpq.br/8551837227484734>
6 <http://lattes.cnpq.br/8920918436994965>
7 <http://lattes.cnpq.br/0996085057388231>
8 <http://lattes.cnpq.br/1867050708315962>

1 INTRODUÇÃO

No Ocidente a educação priorizou as classes mais abastadas e criou espaços de segregação, principalmente no que diz respeito a autonomia dos indivíduos. Na Grécia os filósofos tinham como pupilos os filhos dos gregos livres (Senadores, Cônsules entre outros), assim a Polis criou um caráter de classe na educação.

O caráter de classe de educação grega surgia na reclamação de que o ensino excitasse a competição, para afirmar a elevação militar sobre as classes domadas e as regiões tomadas. O homem bem educado careceria ser capaz de comandar e ser correspondido (GADOTTI, 1994, p. 84).

O classismo educacional perdurou na Idade Média de caráter teológico, com os camponeses adestrados pela Igreja num processo educativo elementar. Os conventos faziam às vezes da educação secundária, ficando para os funcionários do império a educação superior.

A Revolução Industrial massificou a educação para adaptar o indivíduo à necessidade capitalista, tornando-os aptos aos processos de produção automatizada, com objetivos alheios ao seu desenvolvimento como sujeito autônomo.

O Renascimento buscou valorizar o ser humano em relação ao pensamento metafísico feudal, assim, se privilegiaram as atividades práticas relativas à mecânica do corpo e a necessidade do desenvolvimento de novas tecnologias. A educação desse período continuou atrelada ao processo de desenvolvimento comercial e organizou a formação do homem burguês, não atingindo as massas. Caracterizava-se pelo elitismo, aristocratismo e o individualismo liberal (COSTA et. al, 1999).

O Iluminismo forjou uma educação condizente com a igualdade formal da Revolução Francesa, pois a igualdade material

seria uma afronta e desrespeito à natureza que cria indivíduos diferentes, sendo impossível ao processo educacional desfazer as diferenças “naturais” entre as classes.

A igualdade social seria nociva, pois atentaria a padronização e uniformização entre os indivíduos sendo desconsiderado um desrespeito a individualidade. O princípio principal da educação burguesa ministrou uma educação distinta para cada classe: classe dirigente e classe trabalhadora, numa concepção dualística de educação, que no século XIX foi sistematizada pelo pensamento positivista (COSTA et. al, 1999, p. 5).

Em contraponto ao modelo Positivista, Marx e Engels proclamaram os princípios da Educação Socialista no Manifesto Comunista (1947-1948), centralizada na educação de crianças baseada na inseparabilidade entre política e educação.

Foucault (2014) defendeu que o sistema educacional segue a mesma lógica das prisões, objetivando docilizar os corpos e adestrar para o trabalho manual nas fábricas. As Instituições de Sequestro moldariam as pessoas não como sujeitos autônomos, mas para as exigências do sistema vigente, por isso a necessidade constante de novos modelos pedagógico-educacionais.

Mesmo com a filosofia kantiana da Dignidade Humana, o sistema educacional priorizou um modelo bancário e conteudista, voltada para as necessidades de mercado. Consequentemente não incluiu temas relevantes para o desenvolvimento da autonomia, não dando espaço nas grades curriculares a temas que visassem quebrar a resistência do modelo educacional tradicional-positivista à concepção de educação inclusiva.

Esse modelo de educação inclusiva, a partir de temas como a história africana, racismo, feminismo e discussão de gênero teve precedentes no Brasil a partir 2000, quando da mobilização de educadores, feministas e grupos LGBTQI+, incluindo nas grades

curriculares temáticas voltadas para os eixos citados, cujo valor da educação passou de simples espaço de apreensão de conteúdo para um local de convivência entre as diferenças e ao respeito e a dignidade humana.

Durante as eleições de 2018 o então candidato do PSL, Jair Bolsonaro, elegeu como proposta de governo o combate à “ideologia de gênero” que estava sendo disseminada pelos professores: segundo o candidato tal ideologia ameaçava a estabilidade da família e do Estado.

Após a eleição do candidato do PSL uma avalanche de projetos proibindo a chamada ideologia de gênero assolou o país, o que gerou políticas de retaliação aos professores e a instigação aos alunos para denunciar as metodologias que propunham tal tema.

A presente artigo tem como objeto apresentar uma breve análise dos reflexos do discurso bolsonarista em relação à educação de gênero nas escolas e suas consequências nas esferas da federação visando a impedir o debate sobre o tema. De que forma o discurso do Presidente repercutiu nas esferas da federação? Quais os fundamentos de tais discursos? O discurso fortalece os papéis sociais e tradicionais de gênero?

O estudo se torna relevante e se justifica devido à necessidade de criar novas formas de discutir o tema como meio de resistência a interferência abusiva nos conteúdos e na didática dos docentes; academicamente ampliam-se as fontes bibliográficas sobre o tema a partir de uma nova reflexão sobre o objeto nos discentes de instituições públicas, particulares, tanto do ensino médio como do ensino superior. Para a sociedade desenvolve-se um canal de diálogo com a academia, para que possa expressar-se como sujeitos ativos do processo de maturação dos conteúdos a serem ministrados na formação dos alunos.

De forma geral, o estudo do objeto apresentado visa a analisar como o discurso do Presidente Bolsonaro desqualifica o debate escolar sobre gênero.

A partir desse norte, poderemos abordar de forma específica uma breve avaliação dos impactos políticos do discurso e como ele se transformou em impedimentos legais aos métodos de debate com os alunos sobre gênero e averiguar a forma como a população assimilou o discurso antidebate de gênero na escola.

2 METODOLOGIA

A ciência desenvolveu-se a partir do processo de racionalização das relações humanas, sendo necessário superar o senso comum e os temores metafísicos para validar os processos de pesquisa. Mas o senso comum não foi de todo relegado a um segundo plano, pois [...] a ciência é uma metamorfose do senso comum. Sem ele, ela não pode existir (ALVES, 2002, p. 11). Mas para a racionalização do senso comum devem-se seguir métodos rígidos, com etapas sequenciadas para o bom desenvolvimento da análise, não sendo uma simples descrição procedimental, mas a explicitação dos motivos pelos quais o pesquisador escolheu determinados caminhos, sendo esses motivos que determinam a escolha de certa forma de fazer ciência.

Para realizar o estudo sobre o Objeto do presente estudo, a metodologia quanto ao objetivo da pesquisa utilizada foi a do tipo exploratória que para Selltiz et al., (1965), que buscou descobrir ideias e intuições na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado, como no estudo dos impactos causados pelo discurso antidebate de gênero por parte do então Presidente da República.

O método quanto ao objeto de estudo foi o da pesquisa bibliográfica, com análise de revista, sites e jornais de circulação nacional com o conteúdo do tema, além do estudo de periódicos de várias áreas da ciência tais como Sociologia, Filosofia, Educação, entre outros. Para Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre o tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é dual em relação à efetivação da igualdade material, pois ao mesmo tempo em que a população se reconhece como carecedora de efetivação de direitos, também delimita espaços ao seu exercício a partir do predomínio de ideias racistas e sexistas, principalmente no tocante aos processos de reconhecimento das vontades individuais em relação à construção do sujeito coletivo pautado sobre uma ideologia conservadora proveniente, principalmente, dos discursos político-religiosos.

Esse sistema dual não estrutura somente uma educação de classes, ricos e pobres, também se desdobra em um sistema que cria subclasses na educação baseada na questão de gênero, fomentando papéis sociais e concretizando funções para cada gênero, o que demonstra um papel secundário das mulheres no processo da formação histórico-social, que se consubstancia como uma forma cruel de linchamento social, conforme nos informa Scott (2019, p. 18)

As mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica.

A expressão social da violência simbólico-educacional fomenta a manutenção dessa subclasse e gera consequências que extrapolam o âmbito da educação, firmando-se dos ambientes familiares, quando da naturalização das expressões machistas apreendidas a partir das estruturas escolares, conforme corrobora Oliveira Silva et. al (2019).

A violência no âmbito das relações conjugais, uma das formas da violência de gênero, aprofundada no presente estudo, apresenta complexidade ainda maior, pois ao se expressar, principalmente, no ambiente familiar e no interior das relações de intimidade e de afeto, foi naturalizada e historicamente tratada como uma questão cotidiana da vida privada compreendendo somente os envolvidos diretamente.

O Programa Nacional de Direitos Humanos, criado no governo Fernando Henrique (1995-2003) não abordava o tema Educação de Gênero, sendo implementado no governo Lula (2003-2011) com o nome de “Brasil Sem Homofobia”. Como parte deste programa, o governo de Dilma (2011-2016), junto com ONGs, elaborou o programa “Escola Sem Homofobia” visando levar materiais didáticos para auxiliar os professores na construção do debate. A ala conservadora do Congresso o apelidou de “kit gay”, reforçado pelo discurso do então deputado federal Bolsonaro ao afirmar que os “Canalhas, emboscando crianças nas escolas! Homossexualismo, direitos? Vai queimar tua rosquinha onde tu bem entender!”. (NEXOJORNAL, 2020).

Após o golpe parlamentar contra a então Presidenta Dilma Rousseff, Temer (2016-2018), seu substituto, retirou do texto da Base Nacional Comum Curricular termos como “identidade de gênero” e “orientação sexual”. Após a eleição de Bolsonaro (2018) membros de igrejas evangélicas e candidatos eleitos pelo PSL partiram para ataque contra a discussão de gênero nas escolas, inclusive barrando questões sobre o tema no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

As consequências sociais se disseminaram por todas as esferas federativas geradas pelas ofensivas: a deputada estadual Janaína Paschoal (PSL) propôs proibir terapias hormonais para menores de 18 anos; tramita na Assembleia Legislativa paulista projeto de Altair Moraes (Republicanos) que impõe o sexo biológico como requisito para que uma atleta possa competir. Em 2019 o então governador de São Paulo, João Dória (PSDB) tentou recolher materiais sobre o tema de gênero na escola, ação seguida pelo Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos) ao tentar censurar um gibi que mostrava um beijo entre duas personagens do sexo masculino.

Na esfera municipal, na cidade de Sobral/CE, o vereador Aduino Arruda propôs um projeto contra a “ideologia de gênero”, visando a não inclusão do tema na grade curricular, vetado pelo Prefeito (TRIBUNADOCEARA, 2020). No Crato/CE, a Câmara aprovou no dia 23 de outubro de 2017 o Projeto de Emenda à Lei Orgânica, chamado de “Lei Infância sem Pornografia” que veta as discussões sobre gênero nas escolas públicas e privadas do município; acredita-se que tudo aquilo que for “pornográfico” em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem que ser evitado nas escolas: “tudo aquilo que foge da moralidade, do senso comum e da ética” (DIARIODONORDESTE, 2020).

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O que acontece nos municípios é o reflexo das alterações feitas no Plano Nacional de Educação (PNE) desde 2011, se transformando no campo aberto de lutas entre “conservadores” e professores a partir da retirada de expressões como “superação das desigualdades educacionais”, “com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, sendo substituídas por “erradicação de todas as formas de discriminação”, sem citar quais

eram os tipos de discriminação, conforme reportagem a revista eletrônica (NOVAESCOLA, 2019).

Constata-se, a partir de pesquisas e cotejamentos de dados que os Projetos proibindo a chamada educação de “ideologia de gênero” são uma extensão do Projeto Escola Sem Partido, o que demonstra claramente que as propostas das mudanças não se direcionam a qualidade da educação, mas manter uma educação de classe que forneça conteúdos voltados para os interesses de segmentos políticos que dominam o poder. (WORDPRESS, 2020).

Tais expressões políticas conservadoras são formas de estrangular os movimentos que confrontam diretamente com o status quo, principalmente quando se contesta as estruturas tradicionais que sustentam as hierarquias sociais, é o que nos informa OLIVEIRA SILVA et. al (2019) ao discorrer sobre o protagonismo feminista, pois “ao questionar as noções culturais de família, o movimento feminista tenciona a visão dessa instituição como pertencente ao espaço do privado, colocando em questão sua estrutura ancorada na autoridade masculina e submissão feminina.”

No romance distópico 1984, de George Orwell (2009), um governo superautoritário cria limites às liberdades individuais de agir e de pensar – o Crimideia – por meio da Novilíngua, onde há a condensação e remoção de várias palavras esvaziando o seu conteúdo histórico; assim as massas, não sabendo o conteúdo de tal palavra, não poderiam entenderiam seu significado social. Tal ficção agora se faz presente quando o então Presidente eleito e seus seguidores se utilizam da verbalização constante e repetitiva de certas expressões com o intuito de esvaziá-los dos seus sentidos revolucionários, ou com o intuito de ridicularizá-las. A distopia orwelliana emblematiza a necessidade de compreender um discurso além da junção das palavras.

Os estudos sobre gênero buscam entender as origens e consequências dos lugares sociais diferentes (e desiguais) para homens e mulheres. Nesse sentido, tais teorias questionam comportamentos e condutas atribuídos aos sexos biológicos, jogando luz na força das construções culturais, com suas variáveis – e que mudam de acordo com a época, o lugar e com os costumes e é esse o legado que FREIRE (2014) nos deixou ao afirmar que ninguém é superior a ninguém.

Por conta disso, houve uma verdadeira “caça-às-bruxas”, tendo como alvo os professores que desenvolviam tendências não conservadoras em suas metodologias, ou seja, traziam para a sala conteúdos e espaços de debate a respeito da tolerância, da inclusão e dos conceitos de gênero enquanto construtores de papéis sociais. Pais, políticos e apoiadores do então presidente passaram a fazer vigílias e incursões em escolas, invadindo salas de aulas, incentivando as crianças a gravarem as aulas, fazendo pressão contra os professores que traziam o debate.

Mas esse impacto não ocorreu somente na educação básica, estendeu-se ao também no ensino médio, pois os professores também passaram a ser alvos de perseguições, seja ela presencial ou virtual, como no caso do professor do 2º da Escola Estadual Ana Calvo de Godoy, na cidade de Jaguariúna, em São Paulo, quando fazia considerações sobre a questão de gênero e foi filmando de forma sorrateira. O conteúdo foi veiculado nas redes sociais, sendo que incentivado por figuras antidemocráticas o linchamento do docente, entre tais incentivadores estavam um dos filhos do presidente, Flávio Bolsonaro, o jogador de vôlei Maurício Souza, apoiador da ideologia dos mentores de tais preconceitos: “vamos atrás desse professor, ele não dará mais aulas pra ninguém”, conforme foi veiculado pelo site campineiro acidadeon.com.

O mais intrigante no fato acima, é que pessoas sem qualquer conhecimento dos programas de educação ou mesmo dos currículos, que atuam em áreas distantes da educação, se sentem no direito de opinar a respeito dos conteúdos, das metodologias ou mesmo da capacidade dos professores em discorrer sobre os temas.

O que podemos observar é que há um exercício de poder na fala daqueles que não tem conhecimento do conteúdo teórico relativo ao objeto de suas considerações. Quando falamos em exercício de poder, nos referimos apenas ao processo de ideologização dos indivíduos e, no caso em estudo, no sentido de formar uma força tarefa alienada que apenas dissemine o discurso de poder sem, no entanto, perceberem esta intenção.

O discurso de poder alienador autodenominado de “ideologia de gênero” tem como base social o preconceito arraigado na própria formação do povo brasileiro, que quando se refere à liberdade sexual busca raízes em concepções teológicas para poder se explicar e encobrir o fato de que os sujeitos do discurso são a classe que detém o poder (tradicionalmente identificada como burguesia), o intermediário (aquele que identifica com os modelos burgueses de sociedade) e o agredido (normalmente pessoas de classes mais baixas, de pele negra).

Conforme pesquisa realizada pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, instituição criada no ano de 2019 para estudar e sistematizar casos de violência contra essas populações para políticas públicas, o número de mortes registradas em 2021 representa um salto em relação ao ano anterior. Comparado a 2020, quando foram registrados 237 casos, o aumento foi de 33,3%, isso se levarmos em conta a possibilidade da existência de subnotificações no período da pandemia em 2020. O dado também situa o Brasil como o país que mais mata LGBTQIA+ em todo o mundo pelo 13º ano consecutivo.

Em reportagem veiculada pelo site brasildefato.com.br, em 19 de janeiro de 2021, apresentou-se um relatório de 18 entidades estrangeiras sobre a crise das políticas sociais e ambientais e ameaças à democracia do país durante o governo do ex-presidente Bolsonaro. O relatório denominado de Barômetro de Alerta e produzido pela Coalização Solidariedade Brasil, uma rede formada por 18 entidades internacionais, com sede na França, mencionou os dados produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, em que aponta que 329 pessoas LGBTQI+ foram vítimas de morte violenta no Brasil em 2019 (assassinatos ou suicídios), o que significa uma morte violenta a cada 26 horas. “Esses números garantem no país o triste título de campeão mundial de crimes contra minorias sexuais: mais de metade das pessoas LGBTQI+ mortas em o mundo mora no Brasil.

E o que esses dados tem a ver com a questão do discurso de ódio? Ora, observamos que o processo de difundir um discurso antigênero fomenta o desenvolvimento de resistências ao processo de construção do respeito ao gênero, fortalecendo papéis sociais a partir do reconhecimento que os sexos (e não os gêneros) são naturalmente portadores de funções na sociedade. Dessa forma, a questão é reduzida ao fatalismo genético, desconsiderando o papel das culturas e da sociedade em tais funções sociais atribuídas aos gêneros.

Por outro lado, os dados mostram que os casos de violências contra LGBTQIA+ teve um aumento constante no governo de Bolsonaro, e esse aumento é consequência do impedimento da continuidade e da melhoria das políticas públicas de proteção a esse público, entre elas a escola como espaço de debate a respeito das condições em que tal população se encontra, principalmente enquanto espaço de desenvolvimento de uma cultura de naturalização das diferenças entre gêneros, como um processo natural da diversidade humana.

Nesse sentido, os professores passaram a fazer parte, junto com o público LGBTQIA+, do grupo de “risco” para a manutenção da estrutura social conservadora, pois se tornaram porta-vozes do discurso antifamília, antidemocracia e antirreligião., uma verdadeira má-influência, conforme ideia disseminada pelos bolsonarista.

Um ponto que deve ser considerado no discurso antigênero nas escolas é seu efeito, ou seja, que não atinge somente as pessoas LGBTQIA+, mas abrange também as mulheres. Note-se que o discurso, em primeira instância, aparenta valorizar a família de trato burguesa, aquela formada por homem, mulher e filho. Na verdade, o que está por trás de tal discurso não é somente impedir que o público em geral entenda as diferenças entre gênero e sexo, vai mais além. O que se apresenta é a necessidade de escamotear a discussão a respeito dos papéis sociais e simbólicos que a família tradicional porta, como a obrigação da mulher se submeter ao homem, mantendo a propriedade do seu corpo em mãos masculinas.

Nesse sentido, quando a discussão sobre a categoria gênero é feita pela escola, esta também deixa de fazer seu papel ideológico como instrumento ideológico de poder. Ou seja, como um sistema de dominação só funciona de forma ideológica de forma integrada, sem necessidade de apelo a coação física, o instrumento escola estaria fugindo de seu papel tradicional que é o de conformação ao status quo. Por vida de consequência, estaria desordenando o contexto e provocando uma quebra no sistema, o que necessita de uma revisão dos procedimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos os estudos do presente trabalho fazendo um transcurso histórico da educação e da escola ao logo do tempo,

demonstramos que esse processo educacional estava atrelado a uma formação classista, ou seja, a escola desempenha um papel formativo de e para classes sociais, um verdadeiro papel de conformação social aos processos econômicos e sociais.

Nesse sentido, os currículos, a estrutura e a formação dos professores foram desenvolvidos para que se reproduza o discurso hegemônico notadamente machista, exclusivista e funcionalista, no sentido de se adestrar os alunos para uma formação de mão de obra, para uma função docilizada no interior das famílias (as esposas) e para o mercado (trabalho manual).

O aparecimento dos movimentos feministas e da esquerda crítica trouxeram luz ao debate, sendo relevantes para se combater a ideologia conservadora e demonstrar que a escola não deve ser um local de unilateralidades, cuja função é apenas de repassar técnicas de execução de mensagens preconcebidas pelas classes hegemônicas. Assim, a escola, o conteúdo das disciplinas e os professores passaram a ter a função de concretizar um discurso para além dos programas instituídos nos currículos, mesmo que estes não os previssem.

A ascensão da direita radical nos últimos 10 anos em todo o mundo, com uma ideologia fundamentalmente teológica e de supressão da democracia trouxe de volta o discurso do destino bio-teológico, ou seja, aquele em que o sujeito nasce com um sexo e que este é produto da vontade de divina. Esse discurso, sem bases científicas, privilegia o chamado destino manifesto, aquele em que o indivíduo deve ser conformar com a vontade dos deuses e dela não pode se ver livre.

O destino manifesto traz a impossibilidade de se reconhecer que os sujeitos são históricos em sua formação não-biológica, e que as funções de gênero não se resumem a somente procriar, como pregado pelos ideólogos conservadores. É necessário desconstruir a ideia de

que mulheres nascem para ser mães, homens nascem para ser pais e que o sexo biológico é que determina nossa função social e que os indivíduos se submetem a leis que são imutáveis, que são as leis da natureza.

Essa desconstrução somente pode ser feita pelos mesmos aparelhos que as classes hegemônicas se utilizam, sendo a escola o principal instrumento de debate acerca dos problemas que envolvem as questões de gênero. Por conta desse poder influenciador, governos autoritários, como o do ex-Presidente Bolsonaro passaram a perseguir os professores que se propunham a debater a questão dos gêneros, tentando fomentar a criação de leis que proibissem o debate acerca das questões de gênero, assim como fomentaram a fiscalização de alguns membros do Legislativo, *in loco*, durante as aulas, fazendo uma verdadeira censura aos professores. Não só perseguiram professores, como fomentaram uma caça àqueles que divergiram dos discursos conservadores, incentivando as delações e o linchamento virtual.

Apesar de o Brasil ainda estar fortalecendo sua democracia, felizmente os novos protagonistas na luta por direitos (feministas, operários, professores) fazem a diferença quando da manutenção dos direitos adquiridos constitucionalmente, trabalhando conjuntamente para a manutenção da liberdade de expressão como princípio do desenvolvimento político e como instrumento de resistência contra qualquer tipo de repressão, principalmente contra a escola como instrumento de classe social.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

CAREGNATO, A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006.

CISCATI, R. **A cada 27h, uma pessoa LGBTQIA+ é morta no Brasil, diz relatório.** Brasil de Direitos, 2022. Disponível em: https://brasildedireitos.org.br/atualidades/a-cada-27h-uma-pessoa-lgbtqia-morta-no-brasil-diz-relatrio?utm_source=google&utm_medium=cp-c&utm_campaign=lgbtqiamortos&gclid=CjwKCAjwjMiiBhA4EiwAZe6jQ6HEctI_GC2APfAcnmqz1JkrEH-COtQ4OGr7gTN1jANK7y-jEyRz-OhoC0bYQAvD_BwE. Acesso: 03 de maio de 2023.

COTIDIANO. **Professor de Jaguariúna é ameaçado após vídeo de aula sobre gênero viralizar.** Site Cotidiano, 2022. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/Professor-de-Jaguariuna-e-ameacado-apos-video-de-aula-sobre-genero-viralizar-20220303-0014.html>. Professor-de-Jaguariuna-e-ameacado-apos-video-de-aula-sobre-genero-viralizar. Acesso: dia 02 de maio de 2023.

DIARIODONORDESTE. **Câmara municipal de Crato aprova projeto que proíbe discussões de gênero nas escolas.** Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/cidades/crato/camara-municipal-de-crato-aprova-projeto-que-proibe-discussoes-sobre-genero-nas-escolas/17425>. Acesso em: 14 de dez. de 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões.** Ed. Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** 21. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas.** 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARQUES COSTA, R. de C.; NOVAES, M. A. B de; FONSECA, S. M. H. P. da. **Teorias da Educação I**. Ed. AIAMIS, 1999.

NEXOJORNAL. **Qual o cálculo político do discurso contra a população LGBTI?** . Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/11/Qual-o-c%C3%A1lculo-pol%C3%ADtico-do-discurso-contr-a-popula%C3%A7%C3%A3o-LGBTI>. Acesso em: 18 de jan. de 2020.

NOVAESCOLA. **Os termos gênero e orientação sexual têm sido retirados dos documentos oficiais sobre educação no Brasil:** por que isso é ruim. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-terminos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>. Acesso em: 14 de dez. de 2019.

OLIVEIRA SILVA, A. E. de; BARBOSA, F. M. da S.; CRUZ, T. B. da; ARAÚJO, I. Maria de. **Queixas, Denúncias e Conciliações: Um Estudo sobre a Violência de Gênero**. 1ª Ed. Curitiba, Appris, 2019

ORLANDI, Ê. P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2007.

ORWELL, G. **1984**. Ed. Companhia das Letras; Edição: 1 , São Paulo, 2009.

PAULON, A.; NASCIMENTO, J. V. do; LARUCCIAL, M. M. Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 3, n. 1, 2014.

PÊCHEUX, M. **Sobre a (des)construção das teorias linguísticas**. In: Línguas e Instrumentos Linguísticos. Campinas: Pontes, 1999.

SARAIVA, M. C. **Coeducação física e esportes: quando a diferença é mito**. 2. Ed. Unijuí, 2005.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (Org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

TRIBUNADOCEARÁ. **Câmara mantém veto a projeto que proíbe ideologia de gênero nas escolas**. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/educacao/camara-mantem-veto-a-projeto-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. 21 de fevereiro de 2018. Acesso em: 18 de jan. de 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WORDPRESS. **Compilação de todos os Projetos do tipo Escola Sem Partido no Brasil**. Disponível em: <https://pesquisandooesp.wordpress.com/pls-municipios-e-estados/>. Pesquisando Escola Sem Partido: Compilação de todos os Projetos do tipo Escola Sem Partido no Brasil. Acesso: dia 22 de jan.de 2020.

CAPÍTULO 7

OS DESAFIOS DA GESTÃO DE SURTOS DE INFLUENZA EM AMBIENTES ESCOLARES

Thaise de Abreu Brasileiro Sarmiento¹

Lidiana Fábila Lucena Silva Brito²

Tereza Raquel Fernandes Tôrres Gonçalves³

Andreolina Alves Mangueira Meireles⁴

Guedijany henrique Pereira⁵

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.7

1 <https://orcid.org/0000-0003-0390-805X>

2 <https://orcid.org/0000-0003-3160-1979>

3 <https://orcid.org/0000-0001-5053-0550>

4 <http://lattes.cnpq.br/2304359743916220>

5 <https://orcid.org/0009-0007-0259-1472>

RESUMO

Este capítulo aborda os desafios enfrentados na gestão de surtos de influenza em ambientes escolares. Os surtos de influenza em escolas apresentam uma problemática relevante devido à proximidade física e à alta densidade populacional entre alunos, professores e suas famílias. A identificação precoce de casos e sintomas torna-se uma dificuldade, assim como a comunicação efetiva com os pais, alunos e profissionais da educação. Os resultados mostraram que para lidar com esses desafios, recomenda-se a implementação de políticas de saúde pública, incluindo medidas de prevenção, identificação e manejo de casos. Programas de vacinação e campanhas de conscientização são essenciais para reduzir a incidência da doença e interromper a transmissão. Além disso, é necessário melhorar a infraestrutura e os recursos nas escolas, garantindo ambientes limpos e higienizados, bem como recursos para o distanciamento físico e higiene pessoal. Recomenda-se ainda capacitar os profissionais da educação, estabelecer parcerias com as autoridades de saúde e promover práticas de higiene entre os alunos. A gestão eficaz dos surtos de influenza em ambientes escolares requer uma abordagem integrada e colaborativa.

Palavras-chave: Crianças. Influenza. Saúde. Surtos.

1 INTRODUÇÃO

A influenza, comumente conhecida como gripe, é uma doença infecciosa viral que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, representando uma significativa carga para a saúde pública. Seus surtos, especialmente em ambientes escolares, apresentam desafios adicionais para a gestão eficaz da saúde e a minimização da disseminação do vírus (BRASIL, 2018). Nesse contexto, torna-se fundamental compreender e abordar os desafios da gestão de surtos de

influenza em ambientes escolares, a fim de promover a segurança e o bem-estar dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar.

A problemática reside no fato de que os surtos de influenza em ambientes escolares podem se espalhar rapidamente devido à proximidade física entre os alunos e a facilidade de transmissão do vírus. Além disso, crianças e jovens são considerados grupos de risco para complicações relacionadas à influenza, o que amplia a importância de prevenir e controlar a disseminação da doença nesse ambiente específico.

Diante desse cenário, a relevância do estudo sobre os desafios da gestão de surtos de influenza em ambientes escolares é evidente. Compreender as práticas de prevenção e controle adotadas pelas instituições de ensino, assim como identificar possíveis lacunas e propor estratégias eficazes, contribuirá para fortalecer as medidas de saúde pública e proteção dos estudantes e profissionais envolvidos no ambiente escolar.

A justificativa para a realização desse estudo baseia-se na importância de fornecer subsídios científicos e práticos para o aprimoramento das políticas de prevenção e controle da influenza em ambientes escolares. A investigação dos desafios enfrentados pelas escolas na gestão de surtos de influenza permitirá o desenvolvimento de diretrizes mais eficientes, o fortalecimento da capacidade de resposta das instituições e a promoção de medidas preventivas adequadas, com o intuito de mitigar a propagação do vírus e preservar a saúde dos estudantes.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar os desafios enfrentados pelas instituições escolares na gestão de surtos de influenza, identificando as práticas de prevenção e controle adotadas,

avaliando sua eficácia e propondo recomendações para aprimoramento das estratégias de gestão. Com isso, espera-se contribuir para a implementação de medidas mais efetivas no enfrentamento dos surtos de influenza em ambientes escolares, promovendo a segurança e o bem-estar de toda a comunidade escolar.

2 METODOLOGIA

Este estudo adotou a abordagem de pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte principal de pesquisa o Google Acadêmico. A escolha dessa plataforma se deve à sua ampla gama de artigos científicos disponíveis, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

A pesquisa delimitou aos trabalhos publicados sem restrição de tempo. Os resultados foram divididos em tópicos.

3 INFLUENZA: CARACTERÍSTICAS, SINTOMAS E TRANSMISSÃO

Segundo os autores Mandell et al., (2019) a influenza é uma infecção viral aguda do trato respiratório superior, causada pelos vírus influenza A, B e C. Esses vírus pertencem à família Orthomyxoviridae e são caracterizados por sua capacidade de sofrer mutações antigênicas, o que pode levar ao surgimento de novas cepas e subtipos virais.

Os subtipos do vírus influenza são identificados com base em duas proteínas de superfície viral: hemaglutinina (HA) e neuraminidase (NA). O autor Kilbourne (2006), descreve os subtipos mais comuns do vírus influenza A, que são os responsáveis por pandemias e epidemias sazonais. Os subtipos conhecidos incluem H1N1, H2N2, H3N2 e H5N1, entre outros.

A transmissão da influenza ocorre principalmente por meio de gotículas respiratórias expelidas quando uma pessoa infectada tosse,

espirra ou fala. Além disso, o vírus influenza pode ser transmitido indiretamente através do contato com superfícies contaminadas, como maçanetas, corrimãos e objetos compartilhados. Segundo Heymann (2014), a transmissão do vírus influenza é facilitada em ambientes com alta densidade populacional, como escolas, creches e instituições de longa permanência.

Diversos fatores de risco estão associados à transmissão e ao desenvolvimento de complicações relacionadas à influenza. Thompson et al., (2004), identificou que crianças com idade inferior a 2 anos, idosos, gestantes e pessoas com condições médicas crônicas, como doenças respiratórias e cardíacas, apresentam maior risco de complicações graves decorrentes da influenza.

É importante destacar que o campo da pesquisa sobre a influenza é vasto, e novas descobertas e estudos estão constantemente atualizando nosso conhecimento sobre essa doença infecciosa viral.

4 IMPACTO DA INFLUENZA EM AMBIENTES ESCOLARES

Os estudos sobre o impacto da influenza em ambientes escolares têm demonstrado que os surtos da doença podem ter consequências significativas para a comunidade escolar. Além dos efeitos na saúde dos alunos, professores e demais funcionários, a influenza pode afetar o funcionamento regular das escolas, levando a uma redução na frequência e no desempenho escolar.

A ocorrência de surtos de influenza em escolas e seus efeitos na comunidade escolar têm sido amplamente documentados. Por exemplo, o estudo de Monto e Koopman (2006) descreveu um surto de influenza em uma escola e ressaltou o impacto significativo na disseminação da doença entre os alunos, professores e suas famílias.

Esse estudo destacou que ambientes escolares podem servir como pontos de partida para a propagação da influenza, devido à alta densidade populacional e à proximidade física entre os indivíduos.

Autores como Glezen et al. (2000), destacaram que a influenza pode resultar em altas taxas de absenteísmo escolar. Isso ocorre devido à natureza altamente contagiosa do vírus e à facilidade com que se espalha em ambientes fechados, como salas de aula. O absenteísmo generalizado pode prejudicar o ritmo de aprendizado, afetar o desenvolvimento acadêmico dos alunos e criar desafios para a continuidade do currículo.

Além disso, a influenza pode impactar desproporcionalmente certos grupos vulneráveis, como crianças com doenças crônicas, imunossuprimidas ou com condições respiratórias preexistentes. O estudo de Keren et al. (2006) evidenciou que crianças com doenças subjacentes têm maior risco de desenvolver complicações graves decorrentes da influenza, necessitando de hospitalização e cuidados intensivos. Esses grupos requerem uma atenção especial na prevenção e no controle da influenza em ambientes escolares.

Além das complicações físicas, a influenza também pode ter impactos emocionais e psicológicos nas crianças e jovens afetados. A interrupção das atividades escolares e a preocupação com a própria saúde e a dos colegas podem gerar ansiedade e estresse emocional, afetando o bem-estar geral dos estudantes.

Crianças e jovens são considerados grupos vulneráveis quando se trata de influenza, com riscos específicos associados. O autor Neuzil (2017), destacou que crianças em idade escolar têm maior probabilidade de serem infectadas pelo vírus influenza devido à interação próxima e ao compartilhamento de espaços e objetos em ambientes escolares. Além disso, crianças mais novas, particularmente

aquelas com menos de 5 anos de idade, apresentam maior risco de complicações relacionadas à influenza.

As complicações associadas à influenza em ambientes escolares podem variar de leves a graves. Blyth et al. (2019), destacou que as complicações comuns incluem infecções secundárias, como pneumonia bacteriana, otite média aguda e sinusite. Em casos mais graves, a influenza pode levar a hospitalizações e até mesmo ao óbito, especialmente em crianças com condições médicas subjacentes, como asma, doenças cardíacas ou imunodeficiências.

Compreender o impacto da influenza em ambientes escolares é fundamental para a implementação de estratégias eficazes de prevenção e controle. Esses estudos evidenciam a importância de medidas preventivas, como a vacinação anual contra a influenza, a adoção de práticas de higiene adequadas e o incentivo ao distanciamento social durante surtos.

5 DESAFIOS DA GESTÃO DE SURTOS DE INFLUENZA EM AMBIENTES ESCOLARES

A gestão de surtos de influenza em ambientes escolares apresenta uma série de desafios complexos que requerem uma abordagem cuidadosa e eficiente. Autores especializados têm destacado alguns desses desafios, incluindo a proximidade física e a alta densidade populacional nas escolas, as dificuldades na identificação precoce de casos e sintomas, e a necessidade de uma comunicação efetiva com os pais, alunos e profissionais da educação.

A proximidade física e a alta densidade populacional nas escolas representam um desafio significativo na gestão de surtos de influenza. Segundo Gao et al. (2018), o ambiente escolar propicia a rápida disseminação do vírus devido à interação próxima entre os

alunos e ao compartilhamento de espaços e objetos. Essa situação aumenta o risco de transmissão do vírus entre os estudantes, bem como a possibilidade de propagação para suas famílias e comunidade.

A identificação precoce de casos e sintomas de influenza é fundamental para conter a disseminação do vírus nas escolas. No entanto, essa tarefa pode ser desafiadora. O estudo de Heikkinen e Järvinen (2003) destaca que os sintomas iniciais da influenza podem ser semelhantes aos de outras infecções respiratórias, dificultando o diagnóstico preciso. Além disso, alguns indivíduos infectados podem ser assintomáticos ou apresentar sintomas leves, o que torna a identificação e o isolamento dos casos ainda mais complexos.

A comunicação efetiva com os pais, alunos e profissionais da educação é essencial para o manejo adequado dos surtos de influenza em ambientes escolares. Segundo Gershman e Mootrey (2018), a comunicação clara e transparente sobre os protocolos de prevenção, a importância da vacinação e as medidas de controle adotadas é fundamental para obter a cooperação de todos os envolvidos. A troca de informações entre os pais, a escola e as autoridades de saúde são fundamentais para implementar medidas eficazes e minimizar o impacto dos surtos.

Outros desafios na gestão de surtos de influenza em ambientes escolares incluem a necessidade de adesão às medidas de higiene, como a lavagem adequada das mãos e a etiqueta respiratória, bem como a garantia da disponibilidade de recursos, como vacinas e medicamentos antivirais. A importância desses aspectos, fornecendo orientações práticas para o manejo eficaz dos surtos de influenza em ambientes escolares.

Em suma, a gestão de surtos de influenza em ambientes escolares enfrenta uma série de desafios, desde a proximidade física

e a alta densidade populacional até a identificação precoce de casos e a comunicação efetiva com os envolvidos. A compreensão desses desafios, aliada à implementação de medidas preventivas e à adoção de estratégias adequadas, é fundamental para reduzir a propagação do vírus, proteger a saúde dos alunos e minimizar o impacto dos surtos de influenza nas escolas. A colaboração entre as autoridades de saúde, as instituições educacionais e a comunidade em geral são essenciais para enfrentar esses desafios de maneira eficaz e garantir um ambiente escolar seguro e saudável.

6 RECOMENDAÇÕES PARA APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE SURTOS DE INFLUENZA EM ESCOLAS

Aprimorar a gestão de surtos de influenza em escolas requer a implementação de medidas específicas baseadas em recomendações de especialistas na área.

A implementação de políticas de saúde pública voltadas para a prevenção e resposta a surtos de influenza é essencial. Segundo Fiore et al. (2018), é crucial que as autoridades de saúde desenvolvam e atualizem diretrizes específicas para o controle da influenza em ambientes escolares. Essas políticas devem abranger medidas de prevenção, identificação e manejo de casos, além de orientações claras sobre o fechamento de escolas quando necessário.

A implementação de programas de vacinação e campanhas de conscientização desempenha um papel fundamental na prevenção dos surtos de influenza. Flannery et al. (2019), ressaltam a importância da vacinação anual contra a influenza, incluindo a cobertura vacinal adequada em ambientes escolares. Essas estratégias podem reduzir a incidência da doença, minimizar a gravidade dos casos e interromper a cadeia de transmissão dentro das escolas e na comunidade em geral.

A melhoria da infraestrutura e dos recursos nas escolas é crucial para apoiar as medidas de controle durante os surtos de influenza. Cox et al. (2021), enfatizam a importância de ambientes escolares limpos e higienizados, com acesso adequado a lavatórios, dispensadores de álcool em gel e materiais de higiene pessoal. Além disso, as escolas devem contar com recursos adequados para implementar medidas de distanciamento físico, como espaços amplos e bem ventilados.

Outras recomendações incluem a capacitação dos profissionais da educação em relação à identificação de sintomas e medidas de controle, o estabelecimento de parcerias entre as escolas e as autoridades de saúde local, e a promoção de práticas de higiene entre os alunos. Autores renomados destacam a importância dessas ações, fornecendo orientações práticas para o aprimoramento da gestão de surtos de influenza em ambientes escolares.

Nesse sentido, aprimorar a gestão de surtos de influenza em escolas requer a implementação de medidas abrangentes e específicas. As recomendações de especialistas incluem a adoção de políticas de saúde pública, a implementação de programas de vacinação e campanhas de conscientização, e a melhoria da infraestrutura e dos recursos nas escolas. Essas ações podem contribuir para uma resposta mais eficaz aos surtos de influenza, protegendo a saúde dos alunos e promovendo ambientes escolares mais seguros e saudáveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de surtos de influenza em ambientes escolares apresenta uma série de desafios que requerem ações coordenadas e efetivas. Ao longo deste artigo, discutimos a contextualização do tema, a problemática enfrentada, a relevância do estudo, a justificativa e o objetivo geral de compreender e abordar esses desafios.

Ficou evidente que a proximidade física e a alta densidade populacional nas escolas aumentam o risco de propagação da influenza entre os alunos, professores e suas famílias. A identificação precoce de casos e sintomas torna-se uma dificuldade, uma vez que os sintomas iniciais podem ser semelhantes aos de outras infecções respiratórias comuns. Além disso, a comunicação efetiva com os pais, alunos e profissionais da educação desempenha um papel fundamental na prevenção e resposta aos surtos de influenza.

Diante desses desafios, é crucial implementar recomendações baseadas em evidências científicas e diretrizes de renomados especialistas no assunto. Políticas de saúde pública voltadas para a prevenção e resposta a surtos devem ser estabelecidas, incluindo a adoção de medidas de prevenção, identificação e manejo de casos. A implementação de programas de vacinação e campanhas de conscientização é essencial para reduzir a incidência da doença e interromper a cadeia de transmissão.

Além disso, é necessário investir na melhoria da infraestrutura e dos recursos nas escolas, garantindo ambientes limpos e higienizados, bem como a disponibilidade de recursos para a implementação de medidas de controle, como distanciamento físico adequado e acesso a lavatórios e materiais de higiene pessoal.

Os resultados desse artigo, mostram a importância da capacitação dos profissionais da educação, o estabelecimento de parcerias entre as escolas e as autoridades de saúde, e a promoção de práticas de higiene entre os alunos. A gestão eficaz dos surtos de influenza em ambientes escolares requer uma abordagem integrada, com a colaboração entre diferentes atores e ações conjuntas visando à proteção da saúde dos alunos e à minimização do impacto nas comunidades escolares.

Inferese que compreender e enfrentar os desafios da gestão de surtos de influenza em ambientes escolares é fundamental para garantir um ambiente escolar seguro e saudável. A implementação de medidas preventivas, o fortalecimento da infraestrutura e dos recursos, e a promoção de uma comunicação efetiva são essenciais para lidar com esses desafios de maneira eficaz. A pesquisa contínua e a colaboração entre especialistas, autoridades de saúde e instituições educacionais são fundamentais para avançar no campo da gestão de surtos de influenza em ambientes escolares e promover a saúde e bem-estar da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BLYTH, C. C.; et al. Influenza complications in children. **Current Opinion in Infectious Diseases**, v. 32, n. 3, 225-231, 2019.

Brasil. **Protocolo de tratamento de Influenza**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

COX, C.; et al. The physical environment and student absences in schools: A systematic review and meta-analysis. **Environmental Health Perspectives**, v. 129, n. 4, p. 047002, 2021.

FIORE, A. E.; et al. Prevention and control of influenza with vaccines: Recommendations of the Advisory Committee on Immunization Practices, United States, 2018–19 influenza season. **MMWR. Recommendations and reports: Morbidity and mortality weekly report. Recommendations and reports**, v. 67, n. 3, p. 1-20, 2018.

FLANNERY, B.; (2019). Influenza vaccine effectiveness against pediatric deaths: 2010-2014. **Pediatrics**, v. 143, n. 2, p. e20181017, 2019.

GAO, R., et al. Epidemiology and control of influenza in schools. **Journal of Infection**, v. 76, n. 5, p. 399-407, 2018.

GERSHMAN, M. D., & MOOTREY, G. T. Influenza prevention and control measures in schools. **Pediatrics**, v. 141, 2018.

GLEZEN, W. P.; et al. The burden of influenza B: a structured literature review. **American Journal of Public Health**, v. 90, n. 4, p. 582-584, 2000.

HEIKKINEN, T., & JÄRVINEN, A. The common cold. **The Lancet**, v. 361, n. 9351, p. 51-59, 2003.

HEYMANN, D. L. **Control of Communicable Diseases Manual**. (20th ed.). American Public Health Association, 2014.

KEREN, R.; et al. Neurological and neuromuscular disease as a risk factor for respiratory failure in children hospitalized with influenza infection. **The Journal of the American Medical Association**, v. 295, n. 6, p. 301-307, 2006.

KILBOURNE, E. D. Influenza Pandemics of the 20th Century. **Emerging Infectious Diseases**, v. 12, n. 1, p. 9-14, 2006.

MANDELL, G. L.; et al. **Bennett's Principles and Practice of Infectious Diseases**. (9th ed.). Elsevier, 2019.

MONTO, A. S.; KOOPMAN, J. S. Tecno-epidemiology: influenza in a school-based community cohort. **American Journal of Epidemiology**, v. 163, n. 6, p. 544-551, 2006.

NEUZIL, K. M. Impact of influenza in children. **The Pediatric Infectious Disease Journal**, v. 36, n. 4, p. 389-394, 2017.

THOMPSON, W. W.; et al. Influenza-associated Hospitalizations in the United States. **JAMA**, v. 292, n. 11, p. 1333-1340, 2004.

CAPÍTULO 8

USO DE TELA NA INFÂNCIA: IMPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Kylvia Luciana Pereira Costa¹

Jackeline Kercia de Souza Ribeiro Bastos²

Silmara Ferreira Dutra³

Jeane Soares Fernandes⁴

Maria Gerlânia de Oliveira⁵

Jailma Gomes Cândido⁶

Izania Beania Dutra de Souza⁷

Sildivania Ferreira de Farias⁸

Vamberta Farias Gomes⁹

DOI: 10.46898/rfb.9786558895497.8

-
- 1 <https://orcid.org/0000-0001-9441-6135>
2 <https://lattes.cnpq.br/6521689927470433>
3 <http://lattes.cnpq.br/6903214759371803>
4 <http://lattes.cnpq.br/2367220346122730>
5 <http://lattes.cnpq.br/8440303424415062>
6 <http://lattes.cnpq.br/0103309022547408>
7 <http://lattes.cnpq.br/6067344344395604>
8 <http://lattes.cnpq.br/3269265180585200>
9 <http://lattes.cnpq.br/4056845124807145>

RESUMO

Este capítulo aborda as implicações do uso de tela na infância para o crescimento e desenvolvimento infantil, abordando aspectos como saúde física, habilidades cognitivas, desenvolvimento socioemocional e interação social. O estudo adotou uma abordagem de pesquisa bibliográfica, utilizando o Google Acadêmico como fonte principal. A pesquisa se limitou a artigos publicados nos últimos cinco anos, de 2018 a 2023, a fim de obter informações atualizadas sobre o tema. Os resultados e discussões destacam que o uso excessivo de telas substitui cada vez mais as brincadeiras tradicionais, afetando negativamente o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, sendo que a exposição precoce e excessiva às telas pode limitar a exploração e interação com o ambiente físico, resultando em possíveis dificuldades de aprendizado e atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, na fala, na linguagem e nas habilidades motoras. Além disso, o uso excessivo de telas está associado a problemas de saúde física e emocional, como sedentarismo, obesidade infantil, ansiedade e dificuldades de concentração. Para tanto, destaca-se a importância de conscientizar os pais e cuidadores sobre os riscos do uso excessivo e desregulado das telas, buscando um equilíbrio saudável entre o mundo digital e as atividades diárias. É fundamental promover um ambiente propício para o desenvolvimento infantil, valorizando tanto o uso adequado das telas como atividades físicas, brincadeiras tradicionais e interações sociais.

Palavras-chave: Implicações. Uso de tela. Crescimento e Desenvolvimento Infantil.

1 INTRODUÇÃO

A infância é uma fase crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional de um indivíduo. No entanto, o uso crescente de dispositivos eletrônicos, como smartphones, tablets e computadores, tem levantado preocupações sobre os possíveis impactos do uso de tela na infância (AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS, 2016).

Para Câmara et al., (2020) os dados sobre o uso de tecnologia revelam que crianças menores de 1 ano têm acesso a conteúdos audiovisuais por aproximadamente 1 hora e 54 minutos diariamente, sendo que algumas delas são expostas a conteúdos inadequados para sua faixa etária.

De acordo com Radesky et al., (2014), as crianças estão sendo expostas a telas em idades cada vez mais precoces e por longos períodos de tempo, o que pode afetar seu desenvolvimento de maneira significativa

Devido à presença cada vez mais comum de aparelhos eletrônicos no dia a dia das famílias, estudos mostram que brincadeiras tradicionais, estão sendo substituídas por dispositivos eletrônicos, como tablets, celulares, computadores e televisão. Esse cenário tem levado a uma utilização inadequada desses dispositivos e a um aumento nos riscos de desenvolvimento de doenças durante o crescimento e desenvolvimento das crianças. Esses problemas podem ter impactos diretos em suas vidas adultas, incluindo questões como obesidade, isolamento social e familiar, dores musculares, problemas posturais e osteoarticulares, déficit de atenção e dificuldades audiovisuais, depressão, enxaquecas, hiperatividade, aceleração da sexualidade, redução do rendimento escolar, dessensibilização dos sentimentos e maior propensão a vícios, como tabagismo, alcoolismo

e uso de drogas. Esses resultados têm gerado preocupação entre os profissionais da saúde (PAIVA; COSTA, 2015; CÂMARA et al., 2020).

Segundo Christakis (2014), o uso excessivo de telas pode estar associado a uma série de problemas enfrentados pelas crianças, como dificuldades de sono, atrasos no desenvolvimento da linguagem e dificuldades de atenção. Esses efeitos negativos podem ter implicações significativas no crescimento e desenvolvimento infantil.

Greenfield (2017) destaca que o uso prolongado de telas pode impactar negativamente o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais das crianças. A interação digital excessiva pode limitar a interação com o ambiente físico e com outras pessoas, prejudicando o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis.

Para Rideout (2017), é importante analisar as mudanças tecnológicas e sociais que contribuíram para contexto atual do uso de tela na infância. O avanço da tecnologia e a rápida disseminação de dispositivos eletrônicos têm proporcionado um acesso sem precedentes às telas.

Os estudos de Tremblay et al., (2017) e Lillard et al., (2015), mostram que o uso excessivo de telas na infância pode estar associado a problemas de saúde física, como obesidade e sedentarismo, podendo influenciar negativamente o crescimento e desenvolvimento da criança, afetando a atenção, a linguagem e o raciocínio, bem como as habilidades sociais e emocionais da criança.

Dentro desse contexto, justifica-se a necessidade de compreender de forma mais aprofundada os efeitos do uso de tela na infância, principalmente para pais, educadores e profissionais da saúde, uma vez que permite a formulação de diretrizes e políticas que promovam um equilíbrio saudável no uso de telas pelas crianças.

Diante disso, o presente estudo se debruça sobre o seguinte questionamento: quais são as implicações do uso de tela na infância para o crescimento e desenvolvimento infantil?

Para tanto, o objetivo deste estudo é investigar as implicações do uso de tela na infância para o crescimento e desenvolvimento infantil, em aspectos como saúde física, habilidades cognitivas, desenvolvimento socioemocional e interação social.

2 METODOLOGIA

Neste estudo, foi adotada a abordagem de pesquisa bibliográfica, utilizando o Google Acadêmico como principal fonte de pesquisa. A escolha dessa plataforma foi motivada pela sua vasta coleção de trabalhos científicos, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

Para delimitar a pesquisa, foram considerados apenas os artigos e Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses publicados nos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2018 a 2023.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Barreto et al., (2023) afirmam que o desenvolvimento humano é um processo complexo, progressivo, contínuo e dinâmico, influenciado por fatores internos e externos, sendo o desenvolvimento infantil, especialmente nos primeiros anos de vida, crucial para a formação da arquitetura cerebral.

Para Passos (2021), o desenvolvimento infantil é um processo que ocorre em etapas, sendo influenciado por fatores socioculturais, familiares e ambientais. Durante a primeira infância, que vai do nascimento aos 6 anos de idade, ocorre uma fase crucial para a construção mental, emocional e social da criança, com o ambiente,

cuidados, estímulos e alimentação desempenhando papéis importantes nessa maturação.

Durante essa fase, ocorre a formação de vínculos afetivos com os pais ou responsáveis, assim como o desenvolvimento de habilidades comportamentais para atender às necessidades da criança e do ambiente ao seu redor. O crescimento e desenvolvimento estão intimamente ligados a fatores ambientais, culturais e socioeconômicos, e crianças que são expostas a condições favoráveis, como boa alimentação, cuidados e saúde adequados, tendem a se desenvolver de maneira mais plena (FRIZZO, 2021).

Um estudo conduzido nos Estados Unidos demonstra que, devido à imaturidade cerebral, somente a partir dos 19 meses de idade as crianças têm a capacidade de interpretar símbolos, relacionar imagens com objetos e nomeá-los. Bebês com idade inferior não possuem percepção do conteúdo apresentado em mídias visuais, e crianças até os 5 anos de idade não compreendem completamente o que veem, pois não conseguem distinguir entre fantasia e realidade. Portanto, o tempo gasto em frente a telas poderia ser mais benéfico para o desenvolvimento maturacional e socioafetivo das crianças se elas tivessem maior acesso a brincadeiras exploratórias e interação familiar (TUMELEIRO, et al., 2018).

Um aspecto essencial desse desenvolvimento é o brincar, que permite à criança adquirir habilidades, explorar sua imaginação e criatividade. No entanto, tem havido uma mudança no formato do brincar devido à influência da tecnologia, com telas ocupando cada vez mais tempo na vida das crianças, substituindo as brincadeiras tradicionais e afetando negativamente seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, além de contribuir para o sedentarismo e a obesidade infantil (CUNHA; NASCIMENTO, 2023).

De acordo com Cunha e Nascimento (2023), as mídias digitais estão substituindo brinquedos e brincadeiras características da infância, resultando em mudanças no universo lúdico das crianças. Para tanto, é recomendado aos pais limitar o tempo de acesso às telas, mediar o uso e gerenciar os conteúdos, a fim de preservar o desenvolvimento infantil em aspectos físicos, sociais, cognitivos e emocionais.

O uso excessivo de telas pode prejudicar o aprendizado, limitar a exploração do mundo real e afetar o desenvolvimento neuropsicomotor. Além disso, está relacionado a problemas de saúde, como obesidade e problemas cardíacos, bem como a impactos no comportamento, humor, desempenho escolar e interação social (RIBEIRO, 2023).

O aumento do uso de telas e dispositivos digitais durante a infância tem consequências significativas para o crescimento e desenvolvimento das crianças. À medida que os brinquedos e as brincadeiras tradicionais são substituídos por tecnologias móveis, como jogos, filmes, videogames, websites e animações, o universo lúdico das crianças está passando por uma transformação. No entanto, essa mudança em direção ao entretenimento digital pode ter um impacto negativo em diversos aspectos do desenvolvimento infantil, incluindo o físico, social, cognitivo e emocional. Isso ocorre porque o ato de brincar desempenha um papel fundamental no aprendizado de como interagir, expressar-se, compartilhar e construir conhecimento sobre si mesmas e o mundo ao seu redor (NOBRE et al., 2021).

Peixoto; Cassel e Bredemeier (2020) afirmam que a exposição precoce e excessiva às telas, especialmente antes dos dois anos de idade, pode trazer mais malefícios do que benefícios. Nessa fase crucial do desenvolvimento, as crianças não adquirem conhecimento apenas visualizando imagens e vídeos, mas sim explorando o mundo por meio do movimento, como engatinhar, andar e tocar objetos. O uso

excessivo de telas nessa fase pode limitar a exploração e interação com o ambiente físico, pois as telas costumam chamar mais atenção e exigir menos esforço, resultando em possíveis dificuldades de aprendizado e atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, na fala, na linguagem e nas habilidades motoras.

Ademais, o uso excessivo de telas durante a infância pode acarretar uma série de problemas de saúde física e emocional. O estilo de vida sedentário que acompanha o tempo prolongado diante das telas contribui para uma falta de atividade física, aumentando o risco de obesidade infantil, problemas cardíacos, diabetes e outras condições relacionadas à falta de exercício. Além disso, a exposição excessiva às telas pode resultar em sintomas de intolerância, ansiedade, comportamento sedentário, dificuldade de concentração, oscilações de humor, baixo rendimento escolar e distúrbios do sono. Também pode levar à redução do tempo de interação social e familiar, além de expor as crianças a conteúdos inadequados para sua faixa etária (AQUINO; CAETANO; AQUINO, 2022).

Por fim, Carneiro (2022) destacam que o uso de telas durante as refeições pode distrair as crianças e levar a uma alimentação pouco saudável. Para a autora, elas podem se concentrar mais na tela do que na comida, o que pode levar a uma alimentação desequilibrada, com maior consumo de alimentos processados, fast-food ou doces em detrimento de refeições mais saudáveis e nutritivas. Além disso, trazer problemas como a desregulação alimentar, levando a uma desregulação do apetite e à preferência por alimentos não saudáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações apresentadas, fica evidente que o uso excessivo de telas na infância tem implicações significativas para

o crescimento e desenvolvimento das crianças. O brincar tradicional, essencial para a construção mental, emocional e social, está sendo substituído cada vez mais pelas mídias digitais, o que pode afetar negativamente aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

Além disso, a exposição excessiva às telas está associada a problemas de saúde física, como sedentarismo e obesidade infantil, e a problemas emocionais, como ansiedade e dificuldades de concentração. É fundamental que os pais e responsáveis limitem o tempo de acesso às telas, mediem o uso e gerenciem os conteúdos aos quais as crianças estão expostas, a fim de preservar o desenvolvimento infantil em todas as suas dimensões.

No entanto, é importante destacar que o uso das tecnologias digitais pode ser benéfico quando utilizado adequadamente. As telas podem se tornar ferramentas de aprendizagem lúdica, promovendo habilidades motoras e cognitivas, autonomia, tomada de decisões, socialização e comunicação. Portanto, é necessário um equilíbrio no uso das telas, para que elas sejam utilizadas como recursos complementares às atividades tradicionais, sem substituí-las completamente. Os responsáveis devem orientar e supervisionar o uso das telas, incentivando também outras formas de brincadeiras e interação com o ambiente físico e social.

Além disso, é fundamental ressaltar que o desenvolvimento infantil é um processo complexo, progressivo e influenciado por diversos fatores. O ambiente sociocultural, familiar e os cuidados oferecidos às crianças desempenham um papel fundamental nesse processo. Crianças expostas a condições favoráveis, como boa alimentação, cuidados adequados e ambiente saudável, tendem a se desenvolver de maneira mais plena. Portanto, é necessário que os responsáveis forneçam um ambiente propício para o desenvolvimento

infantil, que inclua tanto o uso adequado das telas como a valorização de atividades físicas, brincadeiras tradicionais e interações sociais.

Diante das implicações do uso de telas na infância, é essencial que haja uma conscientização por parte dos pais, cuidadores e sociedade em geral. É preciso reconhecer os riscos do uso excessivo e desregulado das telas, buscando um equilíbrio saudável entre o mundo digital e as atividades em casa. Os responsáveis devem estar atentos aos sinais de problemas de saúde física e emocional decorrentes do uso inadequado das telas e buscar orientação profissional quando necessário. Além disso, é importante promover o acesso a uma variedade de atividades que estimulem o desenvolvimento infantil, incluindo brincadeiras tradicionais, interações sociais e contato com a natureza.

Por fim, é necessário destacar a importância da pesquisa contínua sobre o impacto das telas no desenvolvimento infantil, assim como a disseminação de informações atualizadas e embasadas cientificamente. A sociedade como um todo deve estar engajada em promover um ambiente saudável e equilibrado para as crianças, reconhecendo que o uso das tecnologias é uma realidade presente, mas que requer uma abordagem cuidadosa e responsável. Somente assim poderemos garantir o pleno desenvolvimento das crianças, preparando-as para enfrentar os desafios do mundo atual sem comprometer seu bem-estar físico, emocional e social.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. Media and Young Minds. *Pediatrics*, v. 138, n. 5, 2016.

AQUINO, J. C. F. D.; CAETANO, L. M. D.; AQUINO, C. C. F. D. Tecnologias Digitais na primeira infância: experiências e riscos na interação com telas. *Interfaces da Educação*, v. 13, n. 38, 2022.

CÂMARA, H. V.; et al. Principais prejuízos biopsicossociais no uso abusivo da tecnologia na infância: percepções dos pais. **Id on Line Rev.Mult.Psic.**, v. 14, n. 51, p. 366-379, 2020.

CARNEIRO, T. A. (In)segurança alimentar e o uso de telas durante a pandemia do COVID-19 em famílias com crianças na primeira infância. 2022. **Dissertação** (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

CHRISTAKIS, D. A. Interactive Media Use at Younger Than the Age of 2 Years: Time to Rethink the American Academy of Pediatrics Guideline? **JAMA Pediatrics**, v. 168, n. 5, p. 399-400, 2014.

CUNHA, C. M. da; NASCIMENTO, D. H. G. do. Entre atrações, brincadeiras e limite ao acesso: reflexões sobre as telas na primeira infância2023. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

FRIZZO, G. B. Screen use in childhood: What changed in the COVID-19 pandemic and which lessons do we still have to learn? **SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, v. 18, n. 2, p. 5-7, 2022.

GREENFIELD, P. M. Mind and Media: The Effects of Television, Video Games, and Smartphones. **The Cambridge Handbook of the Psychology of Prejudice**, 1-22, 2017.

LILLARD, A. S.; et al. A meta-analysis of the effect of media exposure on prosocial behavior. **Psychological Bulletin**, v. 141, n. 1, p. 53-66, 2015.

NOBRE, J. N. P.; et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 1127-1136, 2021.

PAIVA, N. M. N.; COSTA, J. S. **A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça?** O Portal dos Psicólogos, 2015. Disponível

vel em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PASSOS, T. P. Uso de telas na infância: revisão bibliográfica sobre riscos e prejuízos para o desenvolvimento cognitivo e linguístico. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Curso de Fonoaudiologia), da Escola de Ciências Sociais e da Saúde, da Pontifícia Universidade de Católica de Goiás, 2021.

PEIXOTO, M. J. R.; CASSEL, P. A.; BREDEMEIER, J. Neuropsychological and behavioral implications in childhood and adolescence from the use of screens. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e772997188, 2020.

RADESKY, J. S. Infant self-regulation and early childhood media exposure. **Pediatrics**,

RIBEIRO, L O. Primeira infância e sua exposição às telas: Um estudo a partir da literatura acadêmica. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

RIDEOUT, V. **The Common Sense Census: Media Use by Kids Age Zero to Eight**. Common Sense Media, 2017.

TREMBLAY, M. S.; et al. Canadian 24-hour movement guidelines for the early years (0–4 years): An integration of physical activity, sedentary behaviour, and sleep. **BMC Public Health**, v. 17, n. 5, p. 874, 2017.

TUMELEIRO, LF; et al. Dependência de internet: um estudo com jovens do último ano do ensino médio. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 11, nº 2, p. 279-293, 2018.v. 133, n. 5, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

D

Desafios 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 31, 32, 40, 54, 64, 65, 66, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 118

Desenvolvimento 19, 20, 21, 23, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 43, 52, 56, 68, 70, 78, 79, 81, 88, 91, 97, 99, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

E

Educação 16, 17, 18, 20, 29, 31, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 55, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 93, 96, 101, 102, 104, 105

Extensão 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 70, 85

I

Importância 18, 19, 20, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 41, 42, 45, 51, 53, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 118

Influenza 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

M

Metodologias 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 33, 80, 86, 87

P

Professores 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 33, 51, 55, 57, 74, 80, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105

S

Saúde 31, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 58, 59, 60, 64, 68, 74, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Social 27, 28, 29, 30, 31, 43, 44, 46, 50, 51, 54, 57, 59, 60, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 79, 82, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 101, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118

SOBRE OS ORGANIZADORES

Michael Douglas Sousa Leite

Bacharel em Administração pela UFCG, Licenciado em Matemática pela Cruzeiro do Sul, Pós-graduado em Docência do Ensino Superior, Pós-graduado em Administração Financeira, Mestre em Gestão e Sistema Agroindústrias - PPGSA/UFCG, Doutorando em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais - UFCG. Foi professor do Curso de Administração da Faculdade Católica Santa Teresinha - FCST e Coordenador e Professor do Instituto Nacional de Cursos. Tem experiência na área de Ensino de Matemática, Administração Financeira, Gestão Ambiental, Gestão de Pessoas e Empreendedorismo.

Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira

Bacharel em Meteorologia pela UFPB, com mestrado em Meteorologia com área de concentração em Radiação Solar pela UFPB, Doutorado em Meteorologia, na área de Climatologia/Mudanças Climáticas pela UFCG, graduada em Ciências da Computação pela UFPB. Trabalhou na previsão de Tempo do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC/INPE. Foi professora efetiva da UFMA, é professora adjunta da UFCG. Foi Coordenadora do Curso de Engenharia Ambiental do CCTA. É membro do Núcleo Docente estruturante do curso de Engenharia Ambiental UACTA/CCTA/UFCG. Atua como membro do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais - PPGSA. Possui experiência em Climatologia, Poluição Atmosférica, Mudanças Climáticas, Geoestatística.

Jose Ramon Nunes Ferreira

Tecnólogo em Automação Industrial, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Especialista em Gestão de Hospitais Universitários Federais no SUS, pelo Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês. Mestre em Energias Renováveis, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente cursando doutorado em Engenharia Mecânica pela UFPB, no eixo temático de Dispositivos médicos e de reabilitação humana. Profissão de carreira Desenhista-Projetista na Universidade Federal de Campina Grande. Experiência na área de Planejamento e Gerenciamento de Projetos e domínio das ferramentas em plataformas CAD, CAM, CAE e BIM. Atuo principalmente nos seguintes temas: Infraestrutura, Tecnologia e Automação Industrial, Manutenção Predial. Membro do Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva - GPESC, vinculado à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Renata da Silva Adonias Nunes

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Santa Emília de Rodat (2007); Pós-Graduada em Urgência e Emergência pela FACENE e em Enfermagem do Trabalho, pela FCM; Enfermeira do Hospital Emerentina Dantas em Paulista-PB e Enfermeira Assistencial na Central de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico e Unidade de Recuperação Pós-Anestésica do Hospital Universitário Júlio Bandeira em Cajazeiras - PB; Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Clínica Médica, Urgência e Emergência, Central de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico, Unidade de Recuperação Pós-Anestésica e Gestão de Enfermagem.

Patricia Peixoto Custodio

Graduação em Enfermagem pela Faculdade Santa Maria-FSM em Cajazeiras-PB. Pós-Graduada em Enfermagem em Bloco Cirúrgico e Clínica Médica pelo Centro de Universitário São Camilo Cariri-CE, Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior-FSM, Pós-graduada em Enfermagem Dermatológica pela Faculdade Santa Maria (FSM), Pós-Graduada em Enfermagem do Trabalho pela FAVENI, Pós-Graduada em Saúde Coletiva pela Faculdade Intervale. Possui Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade Intervale. Graduanda no curso de Biologia pela Faculdade ISEAT, Mestra em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar - CCTA da UFCG, Campus Pombal-PB. Possui experiência profissional com cargo de coordenação em setores hospitalares, entre eles coordenação da Central de Marcação de Cirurgias Eletivas, coordenação do setor de Diagnóstico e Imagem (ortopedia). Por seguinte possui experiência no serviço da Maternidade Dr Deodato Cartaxo, localizada na cidade. Presta serviço como preceptora da FSM no curso de enfermagem e no curso de Medicina (internato). Professora da disciplina de Disfunções orgânicas no Curso Técnico em Cuidador de idosos pelo Programa do Estado Paraibatec / PRONATEC. Professora da disciplina de Primeiros Socorros no Curso Técnico em Guia de Turismo pelo Programa do Estado Paraibatec / PRONATEC. Professora da disciplina de Prevenção e Controle de Riscos no Curso Técnico em Segurança no Trabalho pelo Programa do Estado Paraibatec / PRONATEC. Professora substituta na UFCG, campos Cajazeiras - PB, com atuação em aulas teóricas e práticas em Saúde mental e Psicologia aplicada a saúde.

Emídio Diniz Batista

Possui graduação em Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Católica da Paraíba. Atualmente é Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cajazeiras. Tem experiência na área de Direito.

Elisângela Francisca da Silva Paula

Bacharel em Enfermagem pela Universidade Potiguar - UNP.

Daniel José Formiga Neves

Graduação em Turismo pela Faculdade Salesiana, em Recife; Graduação em Sistemas de Informações pela Faculdade Santa Maria em Recife; Especialização em Gestão Empreendedora do Turismo pela Faculdade Integrada do Recife, em Recife e Curso Técnico em Desenvolvimento de Software pelo UNIBRATEC, em Recife.

Ênnio Karlos Muniz de Medeiros

Graduado em Educação Física, Licenciatura Plena – UFPB. Professor Especialista em Fisiologia do Exercício pela Faculdade Integrada de Patos (FIP). Atualmente Professor do Ensino Médio da disciplina de Educação Física na ENE José de Paiva Gadelha, Sousa- PB.

EDUCAÇÃO EM FOCO: TÓPICOS RELEVANTES E PESQUISAS RECENTES

É com grande entusiasmo que apresentamos o livro “Educação em Foco: Tópicos Relevantes e Pesquisas Recentes”, uma coletânea de artigos que aborda diversos temas relacionados à educação e sua multidisciplinaridade. Esta obra reúne contribuições valiosas de renomados pesquisadores, oferecendo uma visão abrangente e atualizada sobre os desafios e avanços na área educacional. Compreender a educação é fundamental para o desenvolvimento de sociedades mais justas e igualitárias. Nesse sentido, este livro busca ampliar o conhecimento sobre a educação em suas diversas facetas, abordando temas como metodologias de ensino, políticas educacionais, violência nas escolas, tecnologia na sala de aula, formação de professores, educação ambiental, saúde e outros temas. A multidisciplinaridade é um aspecto central da obra, que busca explorar as interseções entre diferentes áreas do conhecimento para enriquecer a compreensão dos processos educacionais.

Organizadores

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12,
Nazaré, Belém-PA, CEP 66035065



9 786558 895497 >

